

Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas
Preparadas de Acordo com as Normas de Contabilidade
Internacional IFRS

30 de Setembro de 2016

Simple | Pessoa | Justo



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

ÍNDICE	Pág.
• Relatório sobre Revisão Limitada dos Auditores Independentes	1
• Balanços Patrimoniais Consolidados	3
• Demonstrações Consolidadas do Resultado	5
• Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente	7
• Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido	8
• Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa	9
• Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas	
Nota 1 Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e outras informações	11
Nota 2 Base para consolidação	18
Nota 3 Mudança no escopo de consolidação	19
Nota 4 Ativos financeiros	21
Nota 5 Ativos não correntes mantidos para vendas	22
Nota 6 Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos	22
Nota 7 Ativo tangível	26
Nota 8 Ativo intangível	26
Nota 9 Passivos financeiros	27
Nota 10 Provisões	29
Nota 11 Patrimônio Líquido	32
Nota 12 Impostos sobre Renda	34
Nota 13 Detalhamento de contas de resultado	35
Nota 14 Remuneração com base em ações	35
Nota 15 Segmentos operacionais	38
Nota 16 Transações com partes relacionadas	40
Nota 17 Outras divulgações	46
Comentário de Desempenho	56
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Banco") em 30 de setembro de 2016, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações para os períodos de três e nove meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Banco Santander (Brasil) S.A.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Revisamos também a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao resultado e ao resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015, e às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o período de nove meses findo nessa data, obtidas das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de 30 de setembro de 2015, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, obtido das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015, reclassificadas pelos ajustes descritos na Nota 1(l). A revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e o exame das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram, respectivamente, relatórios de revisão e de auditoria com datas de 25 de outubro de 2016 e de 26 de fevereiro de 2016, sem ressalvas.

São Paulo, 25 de outubro de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVO	Nota Explicativa	30/09/2016	31/12/2015
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil		118.860.112	89.143.353
Ativos Financeiros para negociação	4-a	61.897.011	50.536.731
Instrumentos de dívida		41.771.346	25.193.598
Instrumentos de patrimônio		514.623	404.973
Derivativos	17-b	19.611.042	24.938.160
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	4-a	1.782.845	2.080.234
Instrumentos de dívida		1.741.104	1.506.570
Instrumentos de patrimônio		41.741	573.664
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	4-a	64.712.818	68.265.606
Instrumentos de dívida	17-a.2	62.727.655	67.103.274
Instrumentos de patrimônio		1.985.163	1.162.332
Investimentos Mantidos até o Vencimento	4-a	9.849.491	10.097.836
Empréstimos e Recebíveis	4-a	282.956.383	306.268.788
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito		26.643.283	42.422.638
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	240.734.505	252.033.449
Instrumentos de dívida	17-a.2	15.578.595	11.812.701
Derivativos Utilizados como <i>Hedge</i>	17-b	186.481	1.312.202
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	5	1.074.731	1.237.493
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	6	1.008.680	1.060.743
Ativo Fiscal		27.625.420	34.769.848
Correntes		2.869.477	4.194.344
Diferidos		24.755.943	30.575.504
Outros Ativos		5.107.418	3.802.118
Ativo Tangível		6.712.227	7.005.914
Ativo Intangível		30.108.496	29.813.662
Ágio	8-a	28.355.039	28.332.719
Outros ativos intangíveis	8-b	1.753.457	1.480.943
Total do Ativo		611.882.113	605.394.528

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	30/09/2016	31/12/2015
Passivos Financeiros para Negociação	9-a	42.332.878	42.387.768
Derivativos	17-b	14.831.084	22.340.137
Posições vendidas	9-b.6	27.501.794	20.047.631
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	9-a	453.777.078	457.281.656
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito		67.235.803	69.451.498
Depósitos de clientes		248.413.221	243.042.872
Obrigações por títulos e valores mobiliários		98.831.500	94.658.300
Dívidas subordinadas		453.958	8.097.304
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		8.205.703	9.959.037
Outros passivos financeiros		30.636.893	32.072.645
Derivativos Utilizados como Hedge	17-b	307.921	2.376.822
Provisões	10-a	11.674.302	11.409.677
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares		2.783.199	2.696.653
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões		8.891.103	8.713.024
Passivos Fiscais		6.913.884	5.253.125
Correntes		5.606.424	4.436.000
Diferidos		1.307.460	817.125
Outras Obrigações		8.332.928	6.850.196
Total do Passivo		523.338.991	525.559.244
Patrimônio Líquido	11	88.722.757	83.531.754
Capital social		57.000.000	57.000.000
Reservas		27.818.083	24.388.967
Ações em tesouraria		(444.789)	(423.953)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio		(1.017.000)	(1.017.000)
Lucro do período atribuível à controladora		5.866.463	9.783.740
Menos: dividendos e remuneração		(500.000)	(6.200.000)
Outros Resultados Abrangentes		(858.785)	(4.131.532)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		87.863.972	79.400.222
Participações não-Controladoras		679.150	435.062
Total do Patrimônio Líquido		88.543.122	79.835.284
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		611.882.113	605.394.528

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto valores por ação

	Nota Explicativa	01/7 a 30/09/2016	01/7 a 30/09/2015	01/1 a 30/09/2016	01/1 a 30/09/2015
Receitas com juros e similares		19.644.273	18.729.053	57.668.414	51.915.971
Despesas com juros e similares		(12.091.876)	(10.972.711)	(35.272.410)	(27.512.630)
Receita Líquida com Juros e similares		7.552.397	7.756.342	22.396.004	24.403.341
Receitas de instrumentos de patrimônio		15.648	15.268	59.753	95.881
Resultado de equivalência patrimonial	6-b	11.830	26.002	50.516	81.953
Receitas de tarifas e comissões		3.348.090	2.911.479	9.741.628	8.629.196
Despesas de tarifas e comissões		(610.807)	(513.131)	(1.878.102)	(1.678.035)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		576.971	(10.721.368)	11.329.980	(17.756.686)
Ativos financeiros para negociação		554.877	(10.625.091)	11.309.123	(17.428.217)
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		25.328	111.369	86.494	(34.652)
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		67.342	(214.788)	68.558	(305.817)
Outros		(70.576)	7.142	(134.195)	12.000
Variações cambiais (líquidas)		(399.181)	2.754.665	(2.872.748)	6.220.274
Outras receitas (despesas) operacionais		(181.809)	11.554	(397.165)	(193.940)
Total de Receitas		10.313.139	2.240.811	38.429.866	19.801.984
Despesas administrativas	13	(3.699.160)	(3.633.326)	(10.901.952)	(10.525.596)
Despesas com pessoal		(2.097.160)	(1.986.982)	(6.062.297)	(5.673.945)
Outras despesas administrativas		(1.602.000)	(1.646.344)	(4.839.655)	(4.851.651)
Depreciação e amortização		(372.806)	(358.961)	(1.096.382)	(1.166.666)
Ativo tangível		(293.505)	(266.237)	(861.076)	(781.024)
Ativo intangível		(79.301)	(92.724)	(235.306)	(385.642)
Provisões (líquidas)		(568.394)	(1.061.522)	(2.062.752)	(3.181.916)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(2.628.249)	(3.135.395)	(8.284.708)	(9.267.909)
Empréstimos e recebíveis	4-b.2	(2.628.245)	(3.135.395)	(8.377.858)	(9.084.787)
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(4)	-	93.150	(183.122)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(20.904)	(299.471)	(68.561)	(1.242.949)
Outros ativos intangíveis		-	(309.100)	(6.594)	(685.632)
Outros ativos		(20.904)	9.629	(61.967)	(557.317)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		(1.666)	753.941	2.474	780.838
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		88.909	8.120	84.539	74.494
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes da Tributação		3.110.869	(5.485.803)	16.102.524	(4.727.720)
Impostos sobre renda	12	(810.135)	7.203.088	(10.155.324)	13.014.702
Lucro Líquido Consolidado do Período		2.300.734	1.717.285	5.947.200	8.286.982
Lucro atribuível à Controladora		2.259.565	1.691.369	5.866.463	8.256.672
Lucro atribuível às participações não-controladoras		41.169	25.916	80.737	30.310

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto valores por ação

	Nota Explicativa	01/7 a 30/09/2016	01/7 a 30/09/2015	01/1 a 30/09/2016	01/1 a 30/09/2015
Lucro por Ação (em Reais)					
Lucro básico por 1.000 ações (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias		286,53	213,91	743,66	1.043,46
Ações preferenciais		315,18	235,30	818,02	1.147,81
Lucro diluído por 1.000 ações (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias		286,24	213,86	742,93	1.043,25
Ações preferenciais		314,86	235,25	817,23	1.147,57
Lucro líquido atribuído - Básico (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias		1.096.824	821.181	2.847.644	4.007.646
Ações preferenciais		1.162.741	870.188	3.018.819	4.249.026
Lucro líquido atribuído - Diluído (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias		1.096.803	821.178	2.847.591	4.007.630
Ações preferenciais		1.162.762	870.191	3.018.872	4.249.042
Média Ponderada das ações em circulação - básico					
Ações ordinárias		3.828.012	3.838.938	3.829.242	3.840.722
Ações preferenciais		3.689.152	3.698.215	3.690.383	3.701.862
Média Ponderada das ações em circulação - diluído					
Ações ordinárias		3.831.787	3.839.717	3.832.910	3.841.501
Ações preferenciais		3.692.927	3.698.994	3.694.051	3.702.641

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais

	01/7 a 30/09/2016	01/7 a 30/09/2015	01/1 a 30/09/2016	01/1 a 30/09/2015
Lucro Líquido Consolidado do Período	2.300.734	1.717.285	5.947.200	8.286.982
Outros Resultados Abrangentes que serão Reclassificados para Lucro Líquido:	319.040	(2.067.839)	3.445.861	(2.415.003)
Ativos financeiros disponíveis para venda	430.092	(2.031.267)	3.054.368	(2.336.528)
Ajuste ao valor de mercado	654.962	(3.320.716)	5.102.562	(3.620.130)
Valores transferidos para a conta de resultado	25.328	111.369	86.494	(34.652)
Impostos sobre renda	(250.198)	1.178.080	(2.134.688)	1.318.254
Hedges de fluxo de caixa	(111.052)	(36.571)	391.493	(78.475)
Ajuste ao valor de mercado	(191.590)	(127.996)	703.135	(298.682)
Valores transferidos para a conta de resultado	1.580	36.346	1.580	107.851
Impostos sobre renda	78.958	55.079	(313.222)	112.356
Hedge de investimento líquido	(83.572)	(763.765)	470.188	(944.182)
Hedge de investimento líquido	(159.359)	(1.272.941)	896.578	(1.573.637)
Impostos sobre renda	75.787	509.176	(426.390)	629.455
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	83.572	763.764	(470.188)	944.182
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	83.572	763.764	(470.188)	944.182
Outros Resultados Abrangentes que não serão Reclassificados para Lucro Líquido:	(2.544)	634.881	(173.114)	863.876
Planos de Benefícios Definidos	(2.544)	634.881	(173.114)	863.876
Planos de Benefícios Definidos	1	1.004.500	(288.161)	1.383.486
Impostos sobre renda	(2.545)	(369.619)	115.047	(519.610)
Total do Resultado Abrangente	2.617.230	284.327	9.219.947	6.735.855
Atribuível à controladora	2.576.061	258.411	9.139.210	6.705.545
Atribuível às participações não-controladoras	41.169	25.916	80.737	30.310
Total	2.617.230	284.327	9.219.947	6.735.855

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores expressos em milhares de Reais

Patrimônio líquido atribuível à Controladora															
Outros Resultados Abrangentes															
	Nota Explicativa	Capital social	Reservas	Ações em tesouraria	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	Lucro atribuído à Controladora	Dividendos e remuneração	Total patrimônio líquido	Ativos financeiros disponíveis para venda	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas- Hedge de fluxo de caixa e de investimento	Total	Participações não- controladoras (1)	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014		56.806.384	20.594.135	(445.501)	(950.000)	5.630.023	(1.530.000)	80.105.041	73.292	(1.881.350)	702.349	(696.212)	78.303.120	380.173	78.683.293
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	8.256.672	-	8.256.672	(2.336.528)	863.876	944.182	(1.022.657)	6.705.545	30.310	6.735.855
Apropriação do lucro líquido		-	5.630.023	-	-	(5.630.023)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	(1.530.000)	-	-	-	(1.670.000)	(3.200.000)	-	-	-	-	(3.200.000)	-	(3.200.000)
Pagamento baseado em ações		-	187.341	-	-	-	-	187.341	-	-	-	-	187.341	-	187.341
Ações em tesouraria		-	-	(175.990)	-	-	-	(175.990)	-	-	-	-	(175.990)	-	(175.990)
Resultados de ações em tesouraria			(3.918)	-				(3.918)					(3.918)		(3.918)
Reestruturação do Capital		-	-	(38)	-	-	-	(38)	-	-	-	-	(38)	-	(38)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio		-	-	-	(67.000)	-	-	(67.000)	-	-	-	-	(67.000)	(240.000)	(307.000)
Outros		193.616	(193.616)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	245.397	245.397
Saldos em 30 de setembro de 2015		57.000.000	24.683.965	(621.529)	(1.017.000)	8.256.672	(3.200.000)	85.102.108	(2.263.236)	(1.017.474)	1.646.531	(1.718.869)	81.749.060	415.880	82.164.940
Saldos em 31 de dezembro de 2015		57.000.000	24.388.967	(423.953)	(1.017.000)	9.783.740	(6.200.000)	83.531.754	(2.645.417)	(1.141.644)	1.493.577	(1.838.048)	79.400.222	435.062	79.835.284
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	5.866.463	-	5.866.463	3.054.368	(173.114)	(470.188)	861.681	9.139.210	80.737	9.219.947
Apropriação do lucro líquido		-	9.783.740	-	-	(9.783.740)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio		11-b	(6.200.000)	-	-	-	5.700.000	(500.000)	-	-	-	-	(500.000)	-	(500.000)
Pagamento baseado em ações		14-a.1	(84.969)	-	-	-	-	(84.969)	-	-	-	-	(84.969)	-	(84.969)
Ações em tesouraria		11-c	-	(20.799)	-	-	-	(20.799)	-	-	-	-	(20.799)	-	(20.799)
Resultados de ações em tesouraria		11-c	-	1.037	-	-	-	1.037	-	-	-	-	1.037	-	1.037
Reestruturação do Capital		11-c	-	(37)	-	-	-	(37)	-	-	-	-	(37)	-	(37)
Outros		3-b	-	(70.692)	-	-	-	(70.692)	-	-	-	-	(70.692)	163.351	92.659
Saldos em 30 de setembro de 2016		57.000.000	27.818.083	(444.789)	(1.017.000)	5.866.463	(500.000)	88.722.757	408.951	(1.314.758)	1.023.389	(976.367)	87.863.972	679.150	88.543.122

(1) Em 30 de setembro de 2015 inclui R\$240 milhões referente a opção de venda do Banco Bonsucesso (nota 3.c)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	01/1 a 30/09/2016	01/1 a 30/09/2015
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido consolidado do período		5.947.200	8.286.982
Ajustes ao lucro		18.047.038	(6.470.311)
Depreciação do ativo tangível		861.076	781.024
Amortização do ativo intangível		235.306	385.642
Perdas com outros ativos (líquidas)		68.561	1.242.949
Provisões e Perdas com ativos financeiros (líquidas)		10.347.460	12.449.825
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		(87.013)	(855.332)
Participação no resultado de equivalência patrimonial	6-a	(50.516)	(81.953)
Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos		6.415.870	(9.130.497)
Atualização de Depósitos Judiciais		(563.639)	(477.998)
Atualização de Impostos a Compensar		(169.788)	(943.379)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		1.068.303	(2.074.369)
Outros ⁽¹⁾		(78.582)	(7.766.223)
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		(32.260.912)	(75.204.774)
Reservas no Banco Central do Brasil		(32.584.885)	(23.012.395)
Ativos financeiros para negociação		(11.343.608)	(1.423.137)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado		390.539	(1.429.763)
Ativos financeiros disponíveis para venda		1.533.432	6.930.918
Empréstimos e recebíveis		5.946.460	(44.565.586)
Investimentos Mantidos até o Vencimento		248.345	-
Outros ativos		3.548.805	(11.704.811)
Aumento (decréscimo) líquido nos passivos operacionais		14.376.649	77.910.446
Passivos financeiros para negociação		(54.890)	24.619.977
Passivo financeiro ao custo amortizado		12.790.836	52.156.023
Outros passivos		1.640.703	1.134.446
Impostos pagos		(3.142.388)	(528.748)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		2.967.587	3.993.595
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		(1.494.527)	(1.251.577)
Ativo tangível	7	(615.600)	(566.378)
Ativo intangível		(480.376)	(685.258)
Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição	3-e	(392.998)	59
Ativos não correntes mantidos para venda		(10.462)	-
Mudança de escopo de consolidação	5	4.909	-
Alienação		307.626	1.285.980
Caixa líquido recebido na alienação de subsidiária		-	857.830
Redução de Capital de investida em controle conjunto	6-b	76.860	-
Ativo tangível		15.735	58.074
Ativos não correntes mantidos para venda		123.343	321.506
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		91.688	48.570
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		(1.186.901)	34.403
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição de ações próprias		(20.799)	(176.028)
Emissão de outros passivos exigíveis a longo prazo	9-b.3	39.512.824	60.353.823
Dividendos pagos e juros sobre capital próprio		(3.222.199)	(963.302)
Pagamentos de dívida subordinada	9-b.4	(8.362.652)	(216.075)
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	9-b.3	(43.566.159)	(48.686.197)
Pagamentos Instrumentos de dívida elegíveis a capital	9-b.5	(2.639.413)	(506.326)
Aumento (Decréscimo) em participações não-controladoras		27.173	245.397
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		(18.271.225)	10.051.292
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		(1.068.303)	2.074.369

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA**

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota Explicativa	01/1 a 30/09/2016	01/1 a 30/09/2015
Aumento (Redução) Líquido nas Disponibilidades (1+2+3+4)		(17.558.842)	16.153.659
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		33.131.614	23.399.970
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		15.572.772	39.553.629
Componentes do caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades		4.273.011	8.780.838
Empréstimos e outros valores		11.299.761	30.772.791
Total de caixa e equivalentes de caixa		15.572.772	39.553.629
Transações não monetárias			
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos para ativos não correntes mantidos para venda		483.999	136.274
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados mas não pagos	11-b	-	3.050.000
Informações complementares			
Juros recebidos		56.647.340	51.066.822
Juros pagos		34.814.460	26.851.896

(1) Em setembro de 2015, inclui, principalmente, o efeito mencionado na nota 10.b-1.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e outras informações**a) Contexto operacional**

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e por intermédio de empresas controladas desenvolve suas operações em dois segmentos (nota 15): Banco Comercial e Banco de Atacado Global, os quais operam com as carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de câmbio, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, cartões de crédito, corretagem de valores mobiliários e administração de consórcios. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas para o período findo em 30 de setembro de 2016 na reunião realizada em 25 de outubro de 2016.

b) Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas de acordo com o IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias oriundas das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (Atual denominação do IFRIC) (IFRS).

De acordo com o IAS 34, as informações financeiras intermediárias destinam-se somente a fornecer uma atualização do conteúdo das últimas demonstrações financeiras consolidadas autorizadas para emissão, com foco em novas atividades, eventos e circunstâncias ocorridas no período, em vez de duplicar informações relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas anteriormente apresentadas. Consequentemente, essas demonstrações financeiras intermediárias não incluem todas as informações exigidas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o IFRS, conforme emitido pelo IASB, assim sendo para obter o devido entendimento das informações incluídas nessas demonstrações financeiras intermediárias, as mesmas devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. As mesmas políticas e os métodos de cálculo são seguidos nas demonstrações financeiras intermediárias quando comparadas as demonstrações financeiras anuais mais recentes.

Adoção de novas normas e interpretações

O Banco adotou as normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis ao Banco e não tiveram efeito relevante sobre as demonstrações financeiras:

- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto (*Business Jointly*) – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016.
- Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras – As alterações são relativas aos conceitos de materialidade, ordem das notas explicativas, subtotais, políticas contábeis e desagregação. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016.
- Alterações das IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou Transação de Ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento em conjunto – Estas alterações estabelecem que um ganho ou perda deve ser reconhecido pelo seu montante integral quando a transação envolve ativos que constituem um negócio (se o negócio está registrado em uma subsidiária ou não). Quando a transação envolve ativos que não constituam um negócio, um ganho ou perda parcial é reconhecida, mesmo que esses ativos estejam registrados em uma subsidiária. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016.

Ciclos de Atualizações do IFRS

Alterações no IFRS. Ciclo 2012-2014 (obrigatório para exercícios anuais, que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2016) - Estas alterações introduzem pequenas alterações às IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de “mantido para venda” para “mantido para distribuição para titulares” (ou vice-versa). As alterações esclarecem que essa mudança deve ser considerada como uma continuidade do plano original de alienação e, portanto, as exigências previstas na IFRS 5 com relação à alteração do plano de venda não são aplicáveis. As alterações esclarecem ainda a orientação com relação à descontinuidade da contabilização “mantido para distribuição”.

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constituiu envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.

As alterações à IAS 19 esclarecem que a taxa utilizada para desconto de obrigações de benefício pós-aposentadoria deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado no final do período de reporte com relação a títulos corporativos de alta qualidade. A avaliação da profundidade de um mercado para títulos corporativos de alta qualidade deve ser ao nível da moeda (isto é, a mesma moeda na qual os benefícios serão pagos). Para moedas para as quais não haja mercado de alta liquidez para esses títulos corporativos de alta qualidade, deve-se tomar por base os rendimentos de mercado sobre títulos governamentais denominados naquela moeda no final do período de reporte.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As alterações à IAS 34 foram realizadas para esclarecer o significado de divulgação de informações "em outro lugar no relatório financeiro intermediário" e para exigir a inclusão de uma referência cruzada das demonstrações financeiras intermediárias para a localização dessas informações.

As alterações oriundas dos Ciclos de Atualizações do IFRS, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 30 de Setembro de 2016

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 30 de setembro de 2016 e ainda não foram adotadas pelo Banco:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em seu formato final em julho de 2014 e com data de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2018 (permitida aplicação antecipada), substituirá em sua plenitude o IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IFRS 9 apresenta diferenças significativas com relação à:

I. Classificação e mensuração: Com a classificação de ativos financeiros baseada no modelo de negócios em que tal ativo é mantido e nos fluxos de caixa contratuais deste ativo. Desta forma, foram definidas três categorias de ativos financeiros, sendo elas “custo amortizado”, “valor justo através de outros resultados abrangentes” e “valor justo através do resultado”. Para os passivos financeiros a principal alteração introduzida afeta a opção ao valor justo, em que a mudança no valor justo do passivo financeiro atribuível ao risco de crédito próprio da entidade deve ser registrada em linhas destacadas do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.

II. Metodologia de impairment: Com a introdução do conceito de reconhecimento da perda de crédito esperada para o instrumento financeiro desde seu reconhecimento inicial, com posteriores alterações na provisão conforme mensurações subsequentes da expectativa de perda de crédito. Deste modo, não é mais necessário que ocorra o evento de perda para que a provisão seja reconhecida (conforme definido no IAS 39). Os conceitos introduzidos pela norma devem ser aplicados apenas para as categorias “custo amortizado” e “valor justo através de outros resultados abrangentes”. A quantidade de perdas esperadas é atualizado a cada data de apresentação para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e, conseqüentemente, a informação mais oportuna é fornecida sobre as perdas de crédito esperadas.

III. Contabilidade de hedge: Com a inclusão de requerimentos que aproximam mais a contabilidade de hedge do gerenciamento de riscos da entidade, com uma abordagem baseada em princípios, que apontou assim as principais inconsistências e fraquezas do IAS 39. Os três métodos de contabilização de hedge existentes na norma aplicada atualmente são mantidos (que são: hedge de fluxo de caixa, hedge do valor justo e hedge de investimentos líquidos em operações no exterior).

A adoção do IFRS acima mencionado terá efeito sobre as demonstrações financeiras consolidadas no que se refere à atual classificação em categorias dos instrumentos financeiros e à atual metodologia de mensuração de impairment, que é baseada no reconhecimento da perda a partir do evento de crédito ocorrido. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. A norma em IFRS especifica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas relevantes. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução; e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- Alteração da IFRS 16 - Contratos de Leasing (*Leases contracts*) – Emitida em janeiro de 2016, com data de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2019. Esta norma contém uma nova abordagem para os contratos de leasing, que requiere ao arrendador reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- Alteração da IFRS 2 – Pagamento baseado em ações – Emitida em junho de 2016, com data de aplicação obrigatória a partir de Janeiro de 2017. Esta norma tem o objetivo de esclarecer a contabilização de um acordo de pagamento baseado em ações com funcionários em situações em que o prêmio de liquidação financeira é cancelado e é substituído por um novo prêmio que seu valor de mercado é maior do que o inicial.

Os possíveis impactos decorrentes das alterações vigentes a partir de 2016 estão sob a análise do Banco, que deverá ser concluída até a data de entrada em vigor da norma.

c) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.1) Estimativas críticas

As principais estimativas foram discutidas detalhadamente para as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2015. No período findo em 30 de setembro de 2016, não ocorreram mudanças significativas nas estimativas feitas no final do exercício de 2015, além das indicadas nessas demonstrações financeiras intermediárias.

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i. Provisão para perdas sobre créditos

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma provisão para perda a débito de “Perdas com ativos financeiros (líquidas) - Empréstimos e recebíveis” na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para determinar o saldo de “Provisão para perdas por não recuperação (*impairment*)”, o Banco Santander avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável individualmente para ativos financeiros que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos financeiros que não sejam significativos.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições do mutuário, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para detalhes adicionais ver nota 2.i das Demonstrações Financeiras Completas de 31 de dezembro de 2015.

ii. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A despesa com impostos sobre a renda é calculada através da soma do imposto e da contribuição social corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos créditos tributários do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais ver nota 1.k.

iii. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre Nível I, II ou III.

Para detalhes adicionais ver nota 1.j.

iv. Benefícios pós-emprego

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, no final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

v. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas. Dado as incertezas decorrentes dos processos não é praticável determinar a época de qualquer fluxo de saída (desembolso financeiro).

A nota explicativa 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 incluem informações sobre as provisões e os ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas na provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2015 e 30 de setembro de 2016, data da preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

d) Informações comparativas

Estas demonstrações financeiras intermediárias incluem o período intercalar comparável 30 de setembro de 2015 para a demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, das demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e das demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa. O balanço patrimonial consolidado é comparativo com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

e) Sazonalidade das transações do Banco

Considerando as atividades em que o Banco e empresas controladas se envolvem, a natureza de suas transações não é cíclica, nem sazonal. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nessas notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

f) Relevância

O Banco, ao determinar as divulgações a serem feitas sobre os diversos itens das demonstrações financeiras ou outros assuntos, de acordo com o IAS 34, levou em consideração sua relevância em relação às demonstrações financeiras intermediárias. (Nota 17-a).

g) Demonstrações consolidadas do fluxo de caixa

Ao preparar as demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores e com vencimento original inferiores a noventa dias foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa". O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil" e "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, basicamente, às atividades operacionais do Banco Santander.

h) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional das principais entidades e de apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão do investimento líquido são registrados na demonstração de resultado abrangente, na linha de "variação cambial de investidas localizadas no exterior".

i) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

A emissão de "Notes" deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

O detalhamento pertinente a emissão desses instrumentos encontram-se descritos na nota 9.b-5.

j) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Técnicas de avaliação

Mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração.

Nível 1: Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Nível 2: Mensuração do valor justo são os derivados de outros insumos além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos financeiros para negociação, Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado, Ativos financeiros disponíveis para venda e Passivos financeiros para negociação.

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, principalmente, por derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

				30/09/2016
Em milhares de Reais	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros para negociação	41.674.313	20.222.698	-	61.897.011
Instrumentos de dívida	41.185.475	585.871	-	41.771.346
Instrumentos de patrimônio	488.838	25.785	-	514.623
Derivativos	-	19.611.042	-	19.611.042
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.661.388	86.605	34.852	1.782.845
Instrumentos de dívida	1.654.499	86.605	-	1.741.104
Instrumentos de patrimônio	6.889	-	34.852	41.741
Ativos financeiros disponíveis para venda	59.801.560	3.917.172	994.086	64.712.818
Instrumentos de dívida	58.869.600	3.858.055	-	62.727.655
Instrumentos de patrimônio	931.960	59.117	994.086	1.985.163
Derivativos utilizados como <i>hedge</i> (ativos)	-	186.481	-	186.481
Passivos financeiros para negociação	27.501.794	14.831.084	-	42.332.878
Derivativos	-	14.831.084	-	14.831.084
Posições vendidas	27.501.794	-	-	27.501.794
Derivativos utilizados como <i>hedge</i> (passivos)	-	307.921	-	307.921



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em milhares de Reais	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2015 Total ⁽¹⁾
Ativos financeiros para negociação	24.952.744	25.583.987	-	50.536.731
Instrumentos de dívida	24.579.100	614.498	-	25.193.598
Instrumentos de patrimônio	373.644	31.329	-	404.973
Derivativos	-	24.938.160	-	24.938.160
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.420.332	86.238	573.664	2.080.234
Instrumentos de dívida	1.420.332	86.238	-	1.506.570
Instrumentos de patrimônio	-	-	573.664	573.664
Ativos financeiros disponíveis para venda	56.497.320	10.910.469	857.817	68.265.606
Instrumentos de dívida	56.250.013	10.853.261	-	67.103.274
Instrumentos de patrimônio	247.307	57.208	857.817	1.162.332
Derivativos utilizados como <i>hedge</i> (ativos)	-	1.312.202	-	1.312.202
Passivos financeiros para negociação	20.047.631	22.340.137	-	42.387.768
Derivativos	-	22.340.137	-	22.340.137
Posições vendidas	20.047.631	-	-	20.047.631
Derivativos utilizados como <i>hedge</i> (passivos)	-	2.376.822	-	2.376.822

(1) Em 2015, o Banco Santander realizou um estudo onde os métodos foram reavaliados por produtos, que resultou na reclassificação de alguns instrumentos financeiros: Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado - Instrumento de Patrimônio R\$7.329 milhões de nível I para nível III e Ativos financeiros disponíveis para venda - Instrumento de Dívida R\$89.788 milhões de nível III para nível II.

A tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante o período nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015 para o nível 3:

Em milhares de Reais	Valor Justo em 31/12/2015	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências para Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo em 30/09/2016
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	573.664	260	(14.345)	(524.727)	34.852
Ativos financeiros disponíveis para venda	857.817	2.585	(3.074)	136.758	994.086

Em milhares de Reais	Valor Justo em 31/12/2014	ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Adições/ Baixas	para Nível 3	Valor Justo em 30/09/2015
Ativos financeiros para negociação	9.529	(488)	-	(3.329)	5.712
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	751.431	(134.783)	-	-	616.648
Ativos financeiros disponíveis para venda	577.489	3.643	263.500	(13.225)	831.407

Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica “Receitas com juros e similares” ou “Despesas com juros e similares”, conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes”. Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

Operações de *hedge*

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como *hedge*); e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação. Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

- O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:
 - Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (*hedge* de valor justo).
 - Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).
 - O investimento líquido em uma operação no exterior (“*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior”).
- Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge* , ou seja:
 - Na data do acordo, for esperado que o *hedge* , sob condições normais, seja altamente efetivo (“efetividade prospectiva”).
 - Há prova suficiente de que o *hedge* foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (“efetividade retrospectiva”).

3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de *hedge* são reconhecidas da seguinte forma:

a. Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

b. Em *hedges* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros resultados abrangentes - *Hedges* de fluxo de caixa” até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto que, se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.

c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de *hedge* relativos a *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo para negociação.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de *hedge* contábil), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando *hedges* de fluxo de caixa são eliminados, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de *hedge* reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros resultados abrangentes” (desde o período em que o *hedge* se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda cumulativo é reconhecido imediatamente no resultado.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20 % para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em lei da Medida Provisória 675/2015).

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

A despesa do impostos de renda é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota vigente ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Ativos fiscais classificados como “Correntes” são valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como “Correntes” - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Em virtude da alteração da alíquota da CSLL, as empresas do grupo fizeram a remensuração de seus créditos tributários e passivos diferidos pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

A expectativa de realização dos créditos tributários do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos de renda.

l) Receitas (Despesas) de tarifas e comissões

As Demonstrações Consolidadas do Resultado relativas ao terceiro trimestre de 2015 foram reclassificadas no montante de R\$305.144 e R\$969.720 no período findo em 30 de setembro de 2015 entre os itens de receitas de tarifas e comissões e despesas de tarifas e comissões, pois concluiu-se que atua como agente em certas atividades de negócios, de acordo com a IAS 18 - Receitas.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

2. Base para consolidação

Destacamos abaixo as entidades controladas e fundos de investimento incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota explicativa 6.

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	Participação %	
		Direta	Direta e Indireta
Banco Bandepe S.A.	Banco	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	78,57%	99,99%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	100,00%	100,00%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A.	Microcrédito	100,00%	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A.	Outras atividades	96,58%	96,58%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	99,99%	100,00%
Santander Participações S.A.	Holding	100,00%	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) ⁽¹⁾	Instituição de Pagamento	88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	100,00%	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros	Corretora de Seguros	60,65%	60,65%
Controlada da Santander Serviços			
Webcasas S.A.	Outras atividades	-	100,00%
Controladas da Getnet S.A.			
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras atividades	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia)	Outras atividades	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras atividades	-	100,00%
Controlada da Sancap			
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	-	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	-	100,00%
Controlada da Aymoré CFI			
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super) ⁽²⁾	Outras atividades	-	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.) ⁽³⁾	Banco	-	60,00%
Banco PSA Finance Brasil S.A. ⁽⁶⁾	Banco	-	50,00%
Controlada do Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)			
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras atividades	-	100,00%
Bonsucesso Tecnologia Ltda (Atual Denominação Social da BSI Informática Ltda.)	Outras atividades	-	100,00%
Controlada da Santander Leasing			
Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A (Atual Denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A) ⁽⁶⁾	Leasing	-	100,00%
Controlada da Santander Participações			
BW Guirapá I S.A. ⁽⁴⁾	Holding	-	86,81%
Controladas da BW Guirapá I S.A. ⁽⁴⁾			
Central Eólica Angical S.A. ⁽⁴⁾	Eólica	-	100,00%
Central Eólica Caititu S.A. ⁽⁴⁾	Eólica	-	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A. ⁽⁴⁾	Eólica	-	100,00%
Central Eólica Corrupião S.A. ⁽⁴⁾	Eólica	-	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A. ⁽⁴⁾	Eólica	-	100,00%
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. ⁽⁴⁾	Eólica	-	100,00%
Central Eólica Teiu S.A. ⁽⁴⁾	Eólica	-	100,00%



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	Direta	Participação % Direta e Indireta
Santander FIC FI Contract I Referenciado DI	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Paraty QIF PLC ⁽⁵⁾	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander FI Hedge Strategies Fund ⁽⁵⁾	Fundo de Investimento	-	(a)
BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário-FII ⁽⁷⁾	Fundo de Investimento Imobiliário	-	(a)

(a) Companhia sobre a qual o Banco está exposto, ou tem direito, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Banco Santander e suas controladas detêm 100% das cotas destes Fundos de Investimento.

(1) Foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em maio de 2016 o processo de autorização para funcionamento da Sociedade como instituição de pagamento.

(2) Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos Vendedores sua decisão de exercer opção de compra dos 50% das ações remanescentes da Super de propriedade dos Vendedores. (Nota 3.b)

(3) Na AGE de 3 de março de 2016 foi aprovado a alteração da denominação social para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., o processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 1 de junho de 2016.

(4) Investimentos transferidos da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda em setembro de 2016 (Nota 5).

(5) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Fundo de Investimento Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Fundo Parati não possui posição patrimonial, sendo toda posição oriunda do balancete do Santander FI Hedge Strategies.

(6) Investimento adquirido em 1 de agosto de 2016 (Nota 3).

(7) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado a partir de agosto de 2016. Trata-se de uma estrutura onde o Banco Santander figurava como credor de determinadas dívidas (operações de crédito). Os imóveis objeto de garantia das referidas operações foram convertidos em aportes de capital junto ao Fundo de Investimento Imobiliário, conjugado a concomitante transferência das cotas do mesmo ao Banco Santander mediante processo de dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

Em 14 de julho de 2016, foi concluída a transação de venda de 100% das quotas representativas do capital social da Mantiq pelo Banco Santander e pela Santander Participações para a Angra Ventures Participações Ltda.

3. Mudança no escopo de consolidação

a) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (nova denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Em 19 de junho de 2014, foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

A operação está inserida no contexto de uma parceria estratégica global entre o Banco Santander Espanha e um grupo liderado por Warburg Pincus LLC na atividade de custódia qualificada na Espanha, no Brasil e no México.

Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de venda do negócio de custódia qualificada, com a alienação da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., no valor de R\$859 milhões, nos termos do informado ao mercado no dia 19 de junho de 2014.

A operação gerou um ganho de R\$750.550 antes dos impostos, registrado na rubrica Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda.

b) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (“Super”)

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento (“Acordo”) no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super correspondentes a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Bacen (obtida em 2 de dezembro de 2014). A Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super em R\$31.128, mediante a emissão de 20 milhões de novas ações ordinárias.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016.

Diante do ocorrido, a Aymore qualificada como controladora adquiriu o restante dos instrumentos patrimoniais da entidade Super e considerou o valor pago do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) como redução do seu patrimônio líquido, uma vez que, de acordo com o IFRS 10 essa transação é caracterizada como transações entre sócios. Pelo mesmo motivo, o valor pago relativo ao valor patrimonial do percentual de participação adquirido do sócio não controlador é uma movimentação entre contas do Patrimônio Líquido.

c) Acordo de investimento entre o Banco Santander e o Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

Em 30 de julho de 2014 o Banco, por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado (Olé Consignado).

Em 10 de fevereiro de 2015, com a aprovação do Bacen, a transação foi concluída e o Banco Santander, através da Aymoré CFI, tornou-se o acionista controlador do Olé Consignado, com 60% do capital social total e votante, através de um aporte de R\$460 milhões. O Banco Bonsucesso permaneceu com a parcela remanescente do capital social (40%).

Em dezembro de 2015, foi concluído o estudo da alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*) sobre a aquisição do Bonsucesso pela Aymoré, com base na data de aquisição, conforme abaixo:

	Saldo contábil	Valor justo
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	121.468	121.468
Empréstimos e Recebíveis	508.147	508.147
Outros Ativos	374.151	374.151
Ativo Intangível ⁽¹⁾	-	62.000
Total do Ativo	1.003.766	1.065.766
Passivos financeiros	466.162	466.162
Outras Obrigações	397.604	397.604
Total do Passivo	863.766	863.766
Aumento de capital pela Aymore CFI	460.000	460.000
Total de ativos líquidos adquiridos	600.000	662.000
Participações não-Controladoras ⁽²⁾		264.800
Total considerando a transferência pela Aymore para aquisição do controle		460.000
Ágio ⁽³⁾		62.800

- (1) Ativos intangíveis relacionados à marca e lista de clientes com vida útil estimada em 10 e 4 anos, respectivamente.
- (2) Participações não-Controladoras foram inicialmente mensuradas em R\$240 milhões (valor proporcional dos ativos líquidos identificáveis reconhecidos da investida).
- (3) Ágio será dedutível fiscalmente nos termos da legislação vigente.

O Olé Consignado tornou-se o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e suas controladas para a oferta de crédito consignado no Brasil, devendo consolidar as carteiras de crédito consignado existentes no Banco Santander e no Banco Bonsucesso, nos termos da associação. O Banco Santander continuará a originar operações de crédito consignado por meio de seus canais próprios de maneira independente.

No contexto da operação, foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Olé Consignado de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto as ações detidas pelo Banco Bonsucesso, equivalentes a 40% do capital total desta empresa. Conforme estabelecido no IAS 32, foi reconhecido um passivo financeiro por valor total de R\$307 milhões pelo compromisso assumido em relação a opção de venda, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R\$67 milhões e Participações não-controladoras, no montante de R\$240 milhões.

Na AGE de 3 de março de 2016 foi aprovado a alteração da denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., o processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 1 de junho de 2016.

d) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

No dia 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e o Banco Santander celebraram documentos para a formação de uma pareceria com a Hyundai Motor Brasil Montadora de Automóveis Ltda. (Hyundai Motor Brasil) e Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A estrutura de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% (cinquenta por cento) da Aymoré, 25% (vinte e cinco por cento) da Hyundai Capital e 25% (vinte e cinco por cento) da Hyundai Motor Brasil. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento das condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

e) Acordo para a Aquisição, de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a consequente criação de uma Joint Venture

No dia 1 de agosto de 2016, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, incluindo a obtenção das devidas autorizações regulatórias, a Aymoré CFI e o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance (“Banque PSA”) e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinaram documentos definitivos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil.

O principal veículo da cooperação financeira é o Banco PSA Finance Brasil S.A. que está detido na proporção de 50% pela Aymoré CFI, subsidiária do Banco Santander, e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento (1 de agosto de 2016). A operação englobou ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Banco Santander, de 100% da Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A (Atual Denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A.), cujo preço foi equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., cujo preço foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento.

O Banco Santander passou a consolidar estas sociedades a partir de 1 de agosto de 2016.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

4. Ativos financeiros
a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com “Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil” e “Derivativos utilizados como *Hedge*”, em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está demonstrada abaixo:

						30/09/2016
	Ativos financeiros para negociação	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos Mantidos até o Vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	26.643.283	26.643.283
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	-	26.835.192	26.835.192
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>) (nota 4-b.2)	-	-	-	-	(191.909)	(191.909)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	240.734.505	240.734.505
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto ⁽¹⁾	-	-	-	-	254.624.243	254.624.243
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>) (nota 4-b.2)	-	-	-	-	(13.889.738)	(13.889.738)
Instrumentos de dívida	41.771.346	1.741.104	62.727.655	-	15.578.595	121.818.700
Sendo:						
Instrumentos de dívida					16.884.292	16.884.292
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>) (nota 4-b.2)	-	-	-	-	(1.305.697)	(1.305.697)
Instrumentos de patrimônio	514.623	41.741	1.985.163	-	-	2.541.527
Derivativos	19.611.042	-	-	-	-	19.611.042
Investimentos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	9.849.491	-	9.849.491
Total	61.897.011	1.782.845	64.712.818	9.849.491	282.956.383	421.198.548

						31/12/2015
	Ativos financeiros para negociação	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos Mantidos até o Vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	42.422.638	42.422.638
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	-	42.601.398	42.601.398
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>) (nota 4-b.2)	-	-	-	-	(178.760)	(178.760)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	252.033.449	252.033.449
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto ⁽¹⁾	-	-	-	-	267.121.989	267.121.989
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>) (nota 4-b.2)	-	-	-	-	(15.088.540)	(15.088.540)
Instrumentos de dívida	25.193.598	1.506.570	67.103.274	-	11.812.701	105.616.143
Sendo:						
Instrumentos de dívida	-	-	-	-	11.957.161	11.957.161
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>) (nota 4-b.2)	-	-	-	-	(144.460)	(144.460)
Instrumentos de patrimônio	404.973	573.664	1.162.332	-	-	2.140.969
Derivativos	24.938.160	-	-	10.097.836	-	35.035.996
Total	50.536.731	2.080.234	68.265.606	10.097.836	306.268.788	437.249.195

(1) Em 30 de setembro de 2016, o saldo registrado em “Empréstimos e adiantamentos a clientes” referente as operações da carteira de crédito cedida é de R\$334.126 (31/12/2015 - R\$398.746), e R\$334.191 (31/12/2015 - R\$387.262) de “Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos”.

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme indicado na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. Exceto no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em “Outros resultados abrangentes”.

Os débitos ou créditos em "Outros resultados abrangentes" provenientes das variações do valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração do valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 30 de setembro de 2016, o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (*impairment*). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros resultados abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de outros resultados abrangentes.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.2) Empréstimos e recebíveis

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em “Empréstimos e recebíveis” nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e de 2015 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Saldo no início do período	15.411.760	13.562.811
Provisão para perdas com ativos financeiros – Empréstimos e recebíveis	9.123.016	9.582.095
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(9.147.432)	(7.715.772)
Saldo no final do período	15.387.344	15.429.134
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	745.158	497.308

Considerando os valores reconhecidos em “Perdas por não-recuperação contra o resultado” e as “Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo”, as “Perdas com ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis” totalizavam R\$8.377.858 e R\$9.084.787 nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como “Empréstimos e adiantamentos a clientes” considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015 são os seguintes:

	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Saldo no início do período	18.599.379	14.011.226
Adições líquidas	9.895.011	10.317.025
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(9.147.432)	(7.715.772)
Saldo no final do período	19.346.958	16.612.479

5. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis.

Em 30 de setembro de 2014, foram transferidos os investimentos nas entidades de energia eólica para esta rubrica, baseado no plano de alienação, cuja condição atual é altamente provável, conforme aprovação pela Administração do Banco Santander, em observância ao requerido pelo IFRS 5.

Em 23 de março de 2015, a Santander Participações S.A. alienou a totalidade de sua participação na Santos Energia Participações S.A. para a Inversiones Capital Global, S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$127.012. Na mesma data, a Santander Participações alienou a totalidade de sua participação nas sociedades de propósito específico Gestamp Eólica Serra de Santana S.A., Gestamp Eólica Paraíso S.A., Gestamp Eólica Lanchinha S.A., Gestamp Eólica Seridó S.A. e Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A. para a ICG do Brasil S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$120.000.

Em 30 de setembro de 2016, em função da não expectativa de venda deste investimento pela situação atual do mercado, a Administração decidiu transferir o total deste saldo, no valor atualizado de R\$457.705, para rubrica de participações em coligadas e controladas no país (Nota 2).

Em 31 de dezembro de 2015 estes investimentos totalizavam R\$488.583, e os valores de passivos diretamente associados a ativos não-correntes mantidos para a venda totalizavam R\$1.197.

6. Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos

Controle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto: quando possuem acordo de acionistas, onde define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

O Banco Santander considera os investimentos classificados como influência significativa as coligadas que possuem indicação de membros da diretoria.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composição

			Participação em %	
Controle conjunto do Banco Santander	Atividade	País	30/09/2016	31/12/2015
Banco RCI Brasil S.A.(Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽¹⁾	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽²⁾	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ^{(2) (4)}	Securitização	Brasil	9,72%	13,64%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽²⁾	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Campo Grande Empreendimentos	Outras Atividades	Brasil	25,32%	25,32%
Controle conjunto da Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)				
Webmotors S.A. ⁽⁶⁾	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽²⁾	Outras Atividades	Brasil	19,81%	19,81%
Controle conjunto da Santander Getnet				
iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ^{(2) (3)}	Outras Atividades	Brasil	-	50,00%
Controle conjunto da Santander Participações S.A.				
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ⁽⁵⁾	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	-
Influência Significativa do Banco Santander				
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽²⁾	Outras Atividades	Brasil	21,75%	21,75%

			Investimentos	
			30/09/2016	31/12/2015
Controle conjunto do Banco Santander			596.241	567.367
Banco RCI Brasil S.A.(Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽¹⁾			554.550	526.680
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽²⁾			25.113	23.665
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ^{(2) (4)}			10.323	10.325
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽²⁾			6.255	6.697
Controle conjunto da Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)			391.549	476.640
Webmotors S.A. ⁽⁶⁾			252.612	339.899
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽²⁾			138.937	136.741
Controle conjunto da Santander Getnet			-	(2.768)
iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ^{(2) (3)}			-	(2.768)
Controle conjunto da Santander Participações S.A.			331	-
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ⁽⁵⁾			331	-
Influência Significativa do Banco Santander			20.559	19.504
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽²⁾			20.559	19.504
Total			1.008.680	1.060.743



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Resultados de equivalência patrimonial			
	01/7 a 30/09/2016	01/7 a 30/09/2015	01/1 a 30/09/2016	01/1 a 30/09/2015
Controle conjunto do Banco Santander	7.284	17.134	29.463	55.906
Banco RCI Brasil S.A.(Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽¹⁾	6.620	16.301	28.123	55.881
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽²⁾	541	509	1.448	1.421
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ^{(2) (4)}	91	370	333	321
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽²⁾	32	(46)	(441)	(1.717)
Controle conjunto da Santander Serviços	3.865	8.504	19.927	25.473
Webmotors S.A. ⁽⁶⁾	6.302	7.727	17.732	18.106
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽²⁾	(2.437)	777	2.195	7.367
Controle conjunto da Santander Getnet	-	-	(225)	(491)
iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ^{(2) (3)}	-	-	(225)	(491)
Controle conjunto da Santander Participações S.A.	295	-	295	-
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ⁽⁵⁾	295	-	295	-
Influência Significativa do Banco Santander	386	364	1.056	1.065
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽²⁾	386	364	1.056	1.065
Total	11.830	26.002	50.516	81.953

			30/09/2016
	Ativo	Passivo	Lucro ⁽⁶⁾
Controle conjunto do Banco Santander	8.969.216	7.439.768	(2.176)
Banco RCI Brasil S.A.(Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽¹⁾	8.744.940	7.397.725	(3.539)
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽²⁾	75.999	25.773	2.896
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ^{(2) (4)}	90.821	15.113	2.439
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽²⁾	57.456	1.157	(3.972)
Controle conjunto da Santander Serviços	1.602.157	1.097.632	36.413
Webmotors S.A. ⁽⁶⁾	293.178	174.808	25.332
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽²⁾	1.308.979	922.824	11.081
Controle conjunto da Santander Participações S.A.	1.556	894	439
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ⁽⁵⁾	1.556	894	439
Influência Significativa do Banco Santander	124.548	30.024	4.854
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽²⁾	124.548	30.024	4.854
Total	10.697.477	8.568.318	39.530

			31/12/2015
	Ativo	Passivo	Lucro ⁽⁶⁾
Controle conjunto do Banco Santander	9.170.151	7.772.355	180.663
Banco RCI Brasil S.A.(Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽¹⁾	8.941.842	7.727.367	174.629
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽²⁾	73.288	25.958	3.953
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ^{(2) (4)}	92.495	16.775	1.932
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽²⁾	62.526	2.255	149
Controle conjunto da Santander Serviços	1.532.631	891.471	83.902
Webmotors S.A. ⁽⁶⁾	280.683	38.347	36.636
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽²⁾	1.251.948	853.124	47.266
Controle conjunto da Getnet S.A.	20.210	25.747	(2.420)
iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ^{(2) (3)}	20.210	25.747	(2.420)
Influência Significativa do Banco Santander	119.687	30.017	6.902
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽²⁾	119.687	30.017	6.902
Total	10.842.679	8.719.590	269.047



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Variação

As variações no saldo desse item nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Controle conjunto		
Saldo no início do período	1.041.239	1.004.044
Resultados equivalência patrimonial	49.460	80.888
Adição/Baixa ⁽³⁾	3.099	-
Redução de capital ⁽⁶⁾	(76.860)	-
Dividendos propostos/ recebidos	(28.817)	(18.631)
Saldo no final do período	988.121	1.066.301
Influência Significativa		
Saldo no início do período	19.503	-
Resultados equivalência patrimonial	1.056	1.065
Dividendos propostos/ recebidos	-	(1.415)
Saldo no final do período	20.559	(350)

(1) Na AGE de 21 de julho de 2015, foi aprovada a transformação da Companhia em Banco Múltiplo, com as carteiras de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento e também a alteração da denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil para Banco RCI Brasil S.A. Este processo foi homologado pelo Bacen em 28 de outubro de 2015.

(2) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial.

(3) Investimento alienado em junho de 2016.

(4) Na AGE realizada em 29 de abril de 2016 foi aprovada a reforma na estrutura de distribuição do capital social da Cibrasec mediante a criação de ações preferenciais de emissão da Companhia com direito a voto e a conversão de parcela das ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, referida reforma foi ratificada na AGE realizada em 30 de maio de 2016. O Banco Santander converteu parte de suas ações ordinária detidas no capital social da Cibrasec, no montante correspondente a 5.000 (cinco mil) ações ordinárias de emissão da Cibrasec em 50 (cinquenta) ações preferenciais na proporção de 100 (cem) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação preferencial, sendo mantidas ainda 4.000 (quatro mil) ações ordinárias no capital social da Cibrasec . Cada ação preferencial confere ao acionista o direito a 100 (cem) vezes o direito aos dividendos das ações ordinárias, de forma que os direitos econômicos foram mantidos, no entanto, a conversão implicou em redução percentual na participação acionária na Cibrasec.

(5) Investimento adquirido em 1 de agosto de 2016.

(6) Na AGE realizada em 26 de setembro de 2016, foi aprovada a redução do capital social da Webmotors S.A. sem cancelamento de ações no valor de R\$109.800 por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, passando o capital social de R\$194.580 para R\$84.780.

(*) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

(**) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

c) Perdas por não recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não recuperação em relação a investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas não controladas pelo Banco Santander:

• **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade anônima com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de crédito, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, através do financiamento à rede de concessionárias e ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores. Em 21 de julho de 2015, foi aprovada a transformação da Companhia em Banco Múltiplo, com as carteiras de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento e também a alteração da denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil para Banco RCI Brasil S.A. Este processo foi homologado pelo Bacen em 28 de outubro de 2015. Em 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A., com esse processo a participação anteriormente detida pela RCI Brasil passou para o Banco Santander.

• **Webmotors S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, produto, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do "website" www.webmotors.com.br (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico - Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7. Ativo tangível

a) Variações

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, foram adquiridos ativos tangíveis por R\$615.600 e R\$566.378, respectivamente. Ainda, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 houve venda de ativos tangíveis por R\$13.261 e R\$155.525, respectivamente.

b) Perdas por não recuperação

Não houve perdas significativas por *impairment* com ativos tangíveis nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015.

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 30 de setembro de 2016, o Banco não possui compromissos contratuais para aquisição de tangível.

8. Ativo intangível

a) Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com a IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Diretoria Executiva.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.⁽³⁾

	30/09/2016	31/12/2015
Composição/Segmento operacional:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)/Banco Comercial	27.217.565	27.217.565
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super)	13.050	13.050
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet)	1.039.304	1.039.304
BW Guirapá I S.A.	22.320	-
Total	28.355.039	28.332.719

	Banco Comercial
	31/12/2015
Principais premissas:	
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa ⁽¹⁾	5 anos
Taxa de crescimento perpétuo	7,5%
Taxa de desconto ⁽²⁾	15,2%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos é de 20,11%.

(3) A data base do teste de recuperabilidade é de 31 de dezembro de 2015, uma vez que, ao final de cada período reportável ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de impairment (teste de recuperabilidade).

b) Outros ativos intangíveis

Os detalhes, por categoria de ativo, dos "outros ativos intangíveis" nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Vida útil estimada	30/09/2016	31/12/2015
Com vida útil definida:			
Desenvolvimentos de tecnologia da informação - TI	Cinco anos	5.675.689	5.202.500
Outros ativos	Até cinco anos	389.828	397.716
Amortização acumulada		(3.320.151)	(3.115.773)
Provisão de perdas ao valor recuperável		(991.909)	(1.003.500)
Total		1.753.457	1.480.943



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9. Passivos financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em “Derivativos utilizados como *Hedge*”, em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	30/09/2016		
	Passivos financeiros para negociação	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	67.235.803	67.235.803
Depósitos de clientes	-	248.413.221	248.413.221
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	98.831.500	98.831.500
Derivativos	14.831.084	-	14.831.084
Dívidas subordinadas	-	453.958	453.958
Posições vendidas	27.501.794	-	27.501.794
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	8.205.703	8.205.703
Outros passivos financeiros	-	30.636.893	30.636.893
Total	42.332.878	453.777.078	496.109.956

	31/12/2015		
	Passivos financeiros para negociação	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	69.451.498	69.451.498
Depósitos de clientes	-	243.042.872	243.042.872
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	94.658.300	94.658.300
Derivativos	22.340.137	-	22.340.137
Dívidas subordinadas	-	8.097.304	8.097.304
Posições vendidas	20.047.631	-	20.047.631
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	9.959.037	9.959.037
Outros passivos financeiros	-	32.072.645	32.072.645
Total	42.387.768	457.281.656	499.669.424

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	30/09/2016	31/12/2015
Depósitos à vista ⁽¹⁾	306.894	144.596
Depósitos a prazo ⁽²⁾	48.856.158	55.795.205
Operações compromissadas	18.072.751	13.511.697
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽³⁾	109.542	84.573
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	17.963.209	13.427.124
Total	67.235.803	69.451.498

(1) Contas não remuneradas.
(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento a exportação e importação, repasses do país (BNDES e Fname) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.
(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.2) Depósitos de clientes

	30/09/2016	31/12/2015
Depósitos à vista		
Contas correntes ⁽¹⁾	17.050.675	15.579.923
Cadernetas de poupança	34.764.196	35.984.838
Depósitos a prazo	88.437.492	89.986.025
Operações compromissadas	108.160.858	101.492.086
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽²⁾	58.560.967	61.173.979
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	49.599.891	40.318.107
Total	248.413.221	243.042.872

(1) Contas não remuneradas.
(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	30/09/2016	31/12/2015
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	23.191.740	23.795.322
<i>Eurobonds</i> e outros títulos	6.789.234	13.465.373
Letras financeiras ⁽²⁾	62.354.494	55.300.989
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽³⁾	6.496.032	2.096.616
Total	98.831.500	94.658.300

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de setembro de 2016, possuem prazo de vencimento entre 2016 a 2020 (31/12/2015 - com prazo de vencimento entre 2016 a 2020).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de setembro de 2016, possuem prazo de vencimento entre 2016 a 2025 (31/12/2015 - com prazo de vencimento entre 2016 a 2025).

(3) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 87,0% a 94,0% do CDI. Em 30 de setembro de 2016, possuem prazo de vencimento entre 2016 a 2018 (31/12/2015 - com prazo de vencimento entre 2016 a 2018).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores mobiliários" nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Saldo no início do período	94.658.300	70.355.249
Emissões	39.512.824	60.353.823
Pagamentos	(43.566.159)	(48.686.197)
Juros	9.128.230	7.113.000
Variação cambial e outros	(1.029.932)	5.160.822
Adições decorrentes incorporações (Nota 3)	128.237	-
Saldo no final do período	98.831.500	94.296.697

A Composição de "*Eurobonds* e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	30/09/2016 Total	31/12/2015 Total
Eurobonds	jan e jun-11	jan-16	US\$	4,3%	-	3.268.431
Eurobonds	fev e set-12	fev-17	US\$	4,6%	4.064.304	5.025.982
Eurobonds ⁽¹⁾	mar e mai-13	mar-16	R\$	8,0%	-	1.255.841
Eurobonds ⁽¹⁾	abr-12	abr-16	CHF	3,3%	-	603.889
Eurobonds ⁽¹⁾	abr-12	abr-16	CLP	4,6%	-	135.388
Eurobonds	out-14	out-16	US\$	2,0%	-	102.708
Eurobonds ⁽¹⁾	set-14	set-16	JPY	1,8%	-	35.743
Eurobonds	dez-15	jul-16	US\$	2,7%	-	195.254
Eurobonds	dez-15	jun-16	EUR	1,0%	-	170.053
Eurobonds	jun-15	jan-16	US\$	1,1%	-	173.487
Eurobonds	jul-15	jan-16	US\$	1,1%	-	839.956
Eurobonds	ago-15	fev-16	US\$	1,2%	-	510.082
Eurobonds	ago-15	fev-16	US\$	1,1%	-	291.345
Eurobonds	abr-16	out-16	US\$	1,0%	114.460	-
Eurobonds	abr-16	abr-17	US\$	1,0%	110.028	-
Eurobonds	jun-16	jun-17	US\$	1,0%	471.132	-
Eurobonds	dez-15	dez-16	US\$	3,0%	50.360	-
Eurobonds	fev-16	mar-17	US\$	2,5%	39.535	-
Eurobonds	jun-16	jul-17	US\$	2,0%	754.278	-
Eurobonds	jun-16	dez-16	EUR	1,0%	73.164	-
Eurobonds	ago-16	ago-17	US\$	2,0%	183.861	-
Eurobonds	set-16	set-17	US\$	2,0%	193.446	-
Eurobonds	set-16	mar-17	US\$	1,4%	49.669	-
Eurobonds	set-16	set-17	US\$	2,1%	35.237	-
Outras					649.760	857.214
Total					6.789.234	13.465.373

(1) Em 31 de dezembro de 2015, R\$1.995.118 de operações objeto de "hedge" fluxo de caixa, sendo R\$603.889 indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço, R\$135.388 em Peso Chileno, R\$1.255.841 indexado em Reais e R\$35.743 de operações objeto de "Hedge" de valor justo indexados em moeda estrangeira - YEN (nota 17.b).

Em 30 de setembro de 2016, nenhuma dessas emissões foi convertida em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.4) Dívidas subordinadas

Os detalhes do saldo do item "Dívidas Subordinadas" são os seguintes:

Em milhares de Reais						
	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor (em milhões)	Taxa de juros	30/09/2016	31/12/2015
CDB Subordinado	jun-06	jul-16	R\$1.500	105,0% CDI	-	4.196.347
CDB Subordinado	out-06	set-16	R\$850	104,5% CDI	-	2.266.789
CDB Subordinado	jul a out-06	jul-16	R\$447	104,5% CDI	-	1.230.505
CDB Subordinado	mai-08	mai-15 a mai-18	R\$283	CDI ⁽²⁾	94.911	114.467
CDB Subordinado	mai a jun-08	mai-15 a jun-18	R\$268	IPCA ⁽³⁾	359.047	289.196
Total					453.958	8.097.304
(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.						
(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.						
(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.						

As variações no saldo de "Dívidas subordinadas" nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Saldos no início do período	8.097.304	7.294.077
Pagamentos	(8.362.652)	(216.075)
Juros	719.306	740.146
Saldo no final do período	453.958	7.818.148

b.5) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Patrimônio de Referência, são os seguintes:

Em milhares de Reais						
	Emissão	Vencimento	Valor (em milhões)	Taxa de juros (a.a.) ⁽³⁾	30/09/2016	31/12/2015
Nível I ⁽¹⁾	jan-14	sem prazo (perpétuo)	R\$3.000	7,4%	4.108.232	4.943.194
Nível II ⁽²⁾	jan-14	jan-24	R\$3.000	6,0%	4.097.471	5.015.843
Total					8.205.703	9.959.037

- (1) Juros pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014.
(2) Juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.
(3) A taxa efetiva de juros, considerando o IR Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Saldos no início do período	9.959.037	6.773.312
Juros Nível I ⁽¹⁾	207.704	205.193
Juros Nível II ⁽¹⁾	168.748	167.879
Variação Cambial / Outros	509.627	3.403.019
Pagamento de juros - Nível I	(1.298.291)	(242.839)
Pagamento de juros - Nível II	(1.341.122)	(263.487)
Saldo no final do período	8.205.703	10.043.077

- (1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

10. Provisões

a) Composição

	30/09/2016	31/12/2015
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	2.783.199	2.696.653
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	8.891.103	8.713.024
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	835.510	789.974
Processos judiciais e administrativos	7.183.904	7.000.680
Sendo:		
Cíveis	2.197.120	1.986.602
Trabalhistas	2.687.613	2.501.426
Fiscais e Previdenciárias	2.299.171	2.512.652
Provisões diversas	871.689	922.370
Total	11.674.302	11.409.677

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Provisões e passivos contingentes cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

b.1) Processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

- **PIS e COFINS** - R\$3.224.253 (31/12/2015 - R\$3.015.147): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. Em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do STF admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal referente à Cofins aplicável, exclusivamente, ao processo do Banco Santander. Em 28 de maio de 2015, em sessão plenária do STF, foi confirmada a inadmissibilidade do Recurso Extraordinário referente à Cofins, em decisão unânime, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto pelo Ministério Público Federal. Com essa decisão, o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Em 19 de agosto de 2015, os Embargos de Declaração apresentados pelo Ministério Público Federal foram rejeitados, por unanimidade, na sessão plenária do STF. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas. No exercício de 2015, com a decisão do STF, o Banco Santander reverteu o saldo da provisão constituída para cobrir as obrigações legais relativas à Cofins, no montante de R\$7.950 milhões (R\$4.770 milhões, após efeitos tributários).

- **Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$834.852 (31/12/2015 - R\$795.859): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

- **CSLL - Isonomia de Alíquotas** - R\$53.767 (31/12/2015 - R\$52.268): o Banco Santander e as empresas controladas ingressaram com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

- **Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - R\$783.011 (31/12/2015 - R\$755.211): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

- **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** - R\$343.441 (31/12/2015 - R\$527.111): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

- **Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes** - R\$682.196 (31/12/2015 - R\$657.750): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação de risco dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) enquanto o Banco obteve decisão desfavorável e foi considerado responsável pelo recolhimento da CPMF. Ambas decisões foram objeto de novos recursos perante a última instância do CARF. Em junho de 2015, os recursos foram apreciados com decisões desfavoráveis para o Banco e para Santander DTVM na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, que no período findo em 30 de setembro de 2016 totalizam R\$1.283 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

b.2) Processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos e êxitos. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.3) Processos judiciais e administrativos de natureza cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

- **Ações de Caráter Indenizatório** - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.
- **Planos Econômicos** - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica de perdas dos processos encerrados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos Bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Entretanto, o julgamento desta questão está paralisado no STF por falta de quórum, considerando que alguns dos seus Ministros se declararam impedidos para julgar a matéria e, por isso, é provável que o julgamento continue paralisado por vários anos ainda. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

b.4) Passivos Contingentes cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias classificadas como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$15.783 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

- **Perdas em Operações de Crédito** - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de setembro de 2016, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$717 milhões.
- **INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)** - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de setembro de 2016, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$2.913 milhões.
- **IRPJ e CSLL - Ganho de Capital** - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pois o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Atualmente aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração opostos pela Zurich e o julgamento do Recurso Especial interposto pela União Federal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de setembro de 2016, o valor era de aproximadamente R\$275 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real – A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, anulando integralmente o débito fiscal. Referida decisão será objeto de recurso de ofício perante o CARF. Em 30 de setembro de 2016, o valor era de R\$1.236 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris – As Autoridades Fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou tempestivamente as respectivas impugnações, as quais estão pendentes de decisão. Em 30 de setembro de 2016, o valor era de R\$556 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$83 milhões, excluindo o processo abaixo:

• **Gratificação Semestral ou PLR** - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.341 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Ação indenizatória oriunda do Banco Bandepe - relacionada a contrato de mútuo em fase de recurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ);

Ação indenizatória referente à de serviços de custódia - prestados pelo Banco Santander (Brasil) S.A. em fase inicial e ainda sem sentença proferida;

Ação oriunda de disputa contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

b.5) Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$831.182, R\$715 e R\$3.613 (31/12/2015 - R\$785.837, R\$890 e R\$3.247), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/09/2016			Ações - mil 31/12/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	78.198	103.621	181.819	56.305	81.278	137.583
De Domiciliados no Exterior	3.772.773	3.608.491	7.381.264	3.794.666	3.630.833	7.425.499
Total	3.850.971	3.712.112	7.563.083	3.850.971	3.712.111	7.563.082
(-) Ações em tesouraria	(23.334)	(23.334)	(46.668)	(20.218)	(20.218)	(40.436)
Total em circulação	3.827.637	3.688.778	7.516.415	3.830.753	3.691.893	7.522.646

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	30/09/2016			
	Em milhares de Reais	Ordinárias	Reais por milhares de ações / Units	
			Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (2)}	500.000	63,4290	69,7719	133,2009
Total Acumulado em 30 de setembro de 2016	500.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2016, ordinárias - R\$53,9146, preferenciais - R\$59,3061 e Units - R\$113,2207 líquidos de impostos.

(2) O valor dos juros sobre capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2016 e foram pagos em 26 de agosto de 2016, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

	31/12/2015			
	Em milhares de Reais	Ordinárias	Reais por milhares de ações / Units	
			Preferenciais	Units
Dividendos intercalares ^{(1) (3)}	150.000	18,9474	20,8421	39,7895
Dividendos intermediários ^{(2) (4)}	3.050.000	385,8116	424,3927	810,2043
Dividendos intercalares ^{(3) (7)}	1.600.000	202,7412	223,0153	425,7564
Juros sobre o Capital Próprio ^{(4) (7)}	1.400.000	177,3985	195,1384	372,5369
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2015	6.200.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2015.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2015.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2015.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2015, ordinárias - R\$150,7887, preferenciais - R\$165,8676 e Units - R\$316,6563 líquidos de impostos.

(5) O valor dos dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e foram pagos a partir de 28 de agosto de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor dos dividendos intermediários foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e foram pagos a partir de 05 de outubro de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(7) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e foram pagos a partir de 25 de fevereiro de 2016, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 3 de novembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2015, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 39.391.314 Units, representativas de 39.391.314 ações ordinárias e 39.391.314 ações preferenciais, que correspondem, em 31 de outubro de 2015, a aproximadamente 1,04% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2015, o Banco Santander possuía 393.913.149 ações ordinárias e 421.717.564 ações preferenciais em circulação referente ao programa de recompra.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo.

O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 4 de novembro de 2015, encerrando-se em 4 de novembro de 2016.

	30/09/2016		31/12/2015	
	Quantidade		Quantidade	
	Units	ADRs	Units	ADRs
Ações em Tesouraria no início do período	7.080.068	13.137.665	16.531.177	13.080.565
Aquisições de Ações	11.376.000	-	13.873.413	57.100
Cancelamento de ADRs ⁽¹⁾	13.137.665	(13.137.665)	-	-
Cancelamento de Ações ⁽²⁾	-	-	(18.878.954)	-
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(8.260.455)	-	(4.445.568)	-
Ações em Tesouraria no final do período	23.333.278	-	7.080.068	13.137.665
Saldo de Ações em Tesouraria em milhares de reais ^{(2) (3)}	R\$ 444.657	R\$ 0	R\$ 106.764	R\$ 317.094

Custo / Valor de Mercado	Units	ADRs	Units	ADRs
Custo mínimo	R\$ 7,55	US\$ 4,37	R\$ 11,01	US\$ 4,37
Custo médio ponderado	R\$ 15,47	US\$ 6,17	R\$ 14,28	US\$ 6,17
Custo máximo	R\$ 22,96	US\$ 10,21	R\$ 18,51	US\$10,21
Valor de mercado	R\$ 22,00	US\$ 6,70	R\$ 16,04	US\$ 3,89

(1) Em janeiro de 2016 ocorreu a transformação do total de ADR's que estavam em tesouraria para UNIT's.

(2) Na AGE realizada em 14 de dezembro de 2015, foi aprovado o cancelamento de 18.878.954 de Units (18.878.954 ON e 18.878.954 PN, totalizando 37.757.908 ações em tesouraria) equivalente a R\$268.573.

(3) O total de ações em tesouraria em 30 de setembro de 2016 é de R\$444.789 (31/12/2015 - R\$423.953) e inclui custos de emissão no valor de R\$132 (31/12/2015 - R\$95).

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2016, foram negociadas ações em tesouraria, que resultaram num ganho de R\$1.037 (31/12/2015 - perda de R\$3.918) registrada diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12. Impostos sobre renda

O total dos encargos do exercício é conciliado com o lucro contábil como segue:

Em milhares de Reais	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Lucro antes da tributação	16.102.524	(4.727.720)
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	(500.000)	-
Lucro antes da tributação	15.602.524	(4.727.720)
Alíquota (25% de imposto de renda e 20% de contribuição social em 2015 e 15% em 2014 e 2013)	(7.021.136)	2.127.474
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) ⁽²⁾⁽⁷⁾	(1.284.754)	3.313.755
Diferenças permanentes:		
Equivalência patrimonial	22.732	36.879
Ágio ⁽³⁾	(551.484)	(1.053.781)
Variação cambial - filiais no exterior ⁽⁴⁾	(3.408.281)	6.348.183
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias ⁽⁵⁾	980.612	122.368
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL ⁽⁶⁾	(419.727)	211.371
Outros ajustes	1.526.714	1.908.453
Imposto de renda e contribuição social	(10.155.324)	13.014.702
Sendo:		
Impostos correntes ⁽⁷⁾	(4.808.651)	16.815.162
Impostos diferidos	(5.346.673)	(3.800.460)
Impostos pagos no período	(3.142.388)	(528.748)

(1) Valor distribuído aos acionistas como juros atribuíveis ao patrimônio líquido. Para fins contábeis, embora os juros devessem estar refletidos na demonstração do resultado para dedução fiscal, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras e deduzido do patrimônio líquido, pois é considerado como um dividendo.

(2) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(3) A diferença entre a base fiscal e a base contábil do ágio de aquisição do Banco ABN Amro Real S.A. constitui uma diferença de natureza permanente e definitiva. A Administração considera que a possibilidade de perda por *impairment* ou alienação é remota e somente se aplica à entidade como um todo e em função das características da combinação de negócios realizada, não sendo possível segregar e identificar os negócios originalmente adquiridos por isso não há o registro de passivo fiscal diferido.

(4) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(5) Em 2015 inclui a majoração de alíquota.

(6) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

Cofins ⁽⁷⁾

Em junho de 2015, o Banco Santander registrou a reversão de obrigações legais (registrado na rubrica de Passivos Fiscais – Correntes) no montante de R\$7.950 milhões relativas a Cofins. Nas Demonstrações Consolidadas do Resultado o registro ocorreu nas rubricas "Despesas com juros e similares", no montante de R\$2.057 milhões e "Impostos sobre a renda", no montante de R\$5.893 milhões. Referido ganho tributado às alíquotas vigentes de IR e CSLL, resultou em uma despesa de imposto no montante de R\$3.180 milhões também registrada na rubrica "Impostos sobre a renda".

Com a certificação do trânsito em julgado, o Banco reconheceu também o direito a compensar o Cofins pago entre o período de 1999 a 2006, na rubrica de Impostos sobre renda o montante de R\$381.597 e na rubrica Receitas com juros e similares como atualização de Impostos a compensar o montante de R\$383.560. O valor dos tributos incidentes sobre essas receitas foi de R\$306.102.

Hedge dos investimentos no exterior

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou “Santander EFC” (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

A moeda funcional da Santander EFC é o Euro, portanto, as diferenças cambiais geradas para conversão desse investimento para o Real são registradas em "Outros Resultados Abrangentes". No caso da agência de Cayman, sua moeda funcional é o Real. Assim, as diferenças cambiais das operações que são realizadas em Dólar são registradas em resultado. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. Considerando que o efeito das variações cambiais não são tributáveis e, o efeito das variações de referidos derivativos sofrem tributação, o *notional* dos derivativos contratados é maior que o montante dos ativos líquidos protegidos.

No caso da Santander EFC, o Banco utiliza *Hedge Accounting (Net Investment Hedge)*. As variações do valor dos derivativos, assim como seu efeito fiscal, se registram em Outros Resultados Abrangentes, compensando as variações cambiais produzidas pela conversão do investimento para o real, quando as coberturas são efetivas.

No caso da agência nas Ilhas Cayman, o Banco não utiliza Hedge Accounting. As variações cambiais das operações em dólares e o efeitos dos derivativos utilizados na proteção econômica (contratos de futuros) são registrados em resultado. O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resultam em volatilidade no Lucro (Prejuízo) Operacional antes da Tributação e na conta de Impostos sobre renda. As variações cambiais registradas em resultados decorrentes das operações em dólares na agência de Cayman no período findo em 30 de setembro de 2016, resultaram em perda de R\$6.889 milhões. Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram um ganho na conta "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" de R\$13.136 milhões. O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de Impostos sobre a renda, gerando uma perda fiscal de R\$6.247 milhões composto de R\$611 milhões de PIS/COFINS e R\$5.636 milhões de IR e CSLL.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com pessoal

	01/07 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Remuneração direta	1.360.000	1.248.047	3.932.280	3.511.244
Encargos	320.329	324.234	895.681	952.808
Benefícios	326.294	293.816	963.453	863.420
Planos de pensão de benefício definido	6.117	7.833	18.351	23.507
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	20.815	18.996	63.512	55.877
Remuneração baseada em ações	7.645	10.715	27.425	34.225
Treinamento	18.171	22.886	47.670	63.422
Outras despesas de pessoal	37.789	60.455	113.925	169.442
Total	2.097.160	1.986.982	6.062.297	5.673.945

b) Outras despesas administrativas

	01/07 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Imóveis, instalações e materiais	316.965	310.018	967.370	944.192
Tecnologia e sistemas	294.118	322.508	913.408	882.374
Publicidade	116.873	118.261	310.092	264.352
Comunicações	112.453	126.328	345.866	361.814
Ajudas de custo e despesas de viagem	31.548	40.656	103.201	110.006
Tributos exceto imposto sobre a renda	29.808	39.206	62.505	109.012
Serviços de vigilância e transporte de valores	155.517	163.521	476.473	453.497
Prêmios de seguros	4.815	3.808	16.420	14.331
Serviços técnicos especializados	415.111	448.635	1.298.654	1.290.215
Relatórios técnicos	106.274	99.610	318.133	295.973
Outros serviços técnicos e especializados	308.837	349.025	980.521	994.242
Outras despesas administrativas	124.792	73.403	345.666	421.858
Total	1.602.000	1.646.344	4.839.655	4.851.651

14. Remuneração com base em ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. Estes montantes estão registrados nas rubricas Outras Obrigações e despesas de Pessoal (Nota 13.a).

a) Programa local

O Programa Local do Banco Santander é dividido em dois tipos de planos independentes: (i) Planos de compra de ações e (ii) Planos de entrega de ações.

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) para determinados administradores e empregados de nível Gerencial do Banco e de sociedades sob seu controle.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - O Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

(i) Planos de compra de ações

Os planos de compra de ações correspondem aos Planos de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP).

As principais características dos planos são:

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: Foi um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício foi entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador de Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. A consecução final do plano foi de 15%.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício . A consecução final do plano foi de 89,61%.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

(ii) Planos de entrega de ações

O plano de entrega de ações é composto pelo Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

Plano de Incentivo a Longo Prazo - PSP 2013: Plano de Remuneração baseado em ações, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano teve como objetivo o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, 100% (cem por cento) em Units.

a.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	PSP 2013/SOP 2014/SOP2013 ⁽¹⁾	
	% de Ações Passíveis de	Exercício
1°		100%
2°		75%
3°		50%

(1) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

PSP 2013		
Método de Avaliação	Binomial	
Volatilidade	40,00%	
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	
Taxa Livre de Risco	11,80%	

	SOP 2013	SOP 2014
	Black&Scholes	Black&Scholes
Método de Avaliação		
Volatilidade	40,00%	40,00%
Taxa de Dividendos	3,00%	3,00%
Período de Vesting	3 anos	3 anos
Momento "Médio" de Exercício	5 anos	5 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	71,26%
Valor Justo para Ações	R\$5,96	R\$6,45

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na BM&FBovespa) em 30 de setembro de 2016 é de R\$17,98 (31/12/2015 - R\$14,96).

No período findo em 30 de setembro de 2016, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$15.905 (30/09/2015 - despesa de R\$8.425), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e despesa de R\$9.798 (30/09/2015 - despesa de R\$5.793), referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

	Número de Units	Preço de exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2014	13.830.464					
Opções Canceladas (SOP 2013)	(748.408)	14,43	2013	Executivos	02/05/13	30/06/18
Opções Canceladas (PSP 2013)	(117.453)		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Canceladas (SOP 2014)	(52.500)	14,31	2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
Opções Exercidas (SOP 2014)	(248.499)		2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2015	12.663.604					
Opções Canceladas (SOP 2013)	(1.346.779)	12,84	2013	Executivos	02/05/13	30/06/18
Opções Exercidas (SOP 2013)	(5.386.523)	12,84	2013	Executivos	02/05/13	30/06/18
Opções Concedidas (SOP 2013)	220.606	12,84	2013	Executivos	02/05/13	30/06/18
Opções Canceladas (PSP 2013)	(298.446)		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Concedidas (PSP 2013)	(2.147.515)		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Canceladas (SOP 2014)	(34.196)	14,31	2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
Opções Exercidas (SOP 2014)	(693.230)	12,72	2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
Saldo dos Planos em 30 de setembro de 2016	2.977.521					
SOP 2014	-	12,72	2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
SOP 2013	2.977.521	12,84	2013	Executivos	02/05/13	30/06/18
PSP 2013	-		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Total	2.977.521					



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Programa Global

Política de incentivos a longo prazo

Em 2014 foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivos de Longo Prazo Global Outorga 2014 – ILP CRDIV. Este plano está sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total do Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a liquidação será em ações do Grupo Santander Mundial.

Em 2016 foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivo de 2º Plano de Longo Prazo Global Outorga 2015 - ILP CRDIV.

Valor justo do Plano Global

1º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global Outorga 2014 - ILP CRDIV

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade esperada ^(*)	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração anual dos dividendos nos últimos 5 anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de juros sem risco (Título do Tesouro de cupom zero) durante o prazo do plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

Incentivos de Longo Prazo Global Outorga 2014 – ILP CRDIV:

	2 anos	3 anos	4 anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11,1%	10,8%	9,5%
Volatilidade esperada	32,7%	34,7%	36,9%
Comparador de Volatilidade	12% -52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de juros sem risco	1,7%	2,1%	2,5%
Correlação	0,6	0,6	0,6

O indicador que será utilizado para mensurar o atingimento dos *targets* será a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos quinze principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador será apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa em 2014 e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Cada executivo tem um target em Reais. Caso os indicadores sejam atingidos, o *target* será convertido em ações do Grupo Santander que serão entregues em parcelas nos anos de 2016, 2017 e 2018, com restrição de venda de 1 (um) ano depois de cada entrega.

2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global Outorga 2015 - ILP CRDIV

Os indicadores que serão usados para mensurar o atingimento dos targets serão:

1. RTA vs. Concorrente
2. Rote Banco vs. Orçamento
3. Satisfação dos funcionários
4. Satisfação dos clientes
5. Vinculação de Empresas vs. orçamento

Os indicadores serão apurados em duas fases: primeira fase para apuração do programa (2015) e segunda fase entre 2016 e 2017.

Cada executivo tem um target em Reais. Caso os indicadores sejam atingidos, o target será convertido em ações do Grupo Santander (as ações serão pagas do Banco Santander Espanha) que serão entregues em 2019.

	Quantidade de ações	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período	Data final do período
1º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global Outorga 2014 - ILP CRDIV	1.613.057	2014	Executivos	jan/14	dez/17
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global Outorga 2015 - ILP CRDIV	1.775.049	2016	Executivos	jan/15	dez/17
Saldo dos Planos em 30 de Setembro de 2016	3.388.106				

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No período findo em 30 de setembro de 2016, foram registradas despesas *pro rata* dia no valor de R\$7.718 (30/09/2015 - despesa de R\$6.760), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

b) Remuneração Variável Referenciada em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciada em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do *Financial Stability Board* (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 19 de Dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de Fevereiro de 2013.

Em 24 de Abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do dia 3 de Junho de 2013.

Em 18 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do dia 30 de abril de 2015.

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do dia 14 de dezembro 2015.

Nesta proposta foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander foi reavaliado e passou a ser dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não identificado

a) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O pagamento do diferimento será realizado de duas formas: 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11). No período findo em 30 de setembro de 2016, foram registrados receitas no valor de R\$6.000 (30/09/2015 - despesas de R\$4.324), referente a provisão do plano de diferimento em ações.

b) Coletivo não Identificado - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI. No período findo em 30 de setembro de 2016, foram registradas despesas no valor de R\$3.929 (30/09/2015 - despesas de R\$8.923).

15. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade),

(b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e

(c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes o Banco identificou, os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O Banco possui dois segmentos, o comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no *Global Relationship Model* - Modelo Global de Relacionamento) e o segmento de Banco de Atacado Global que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As demonstrações do resultado e outros dados significativos são os seguintes:

	01/07 a 30/09/2016		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	6.803.972	748.425	7.552.397
Receitas de instrumentos de patrimônio	15.648	-	15.648
Resultado de equivalência patrimonial	11.830	-	11.830
Receitas líquidas de tarifas e comissões	2.416.354	320.929	2.737.283
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(461.499)	639.289	177.790
Outras receitas (despesas) operacionais	(170.133)	(11.676)	(181.809)
TOTAL DE RECEITAS	8.616.172	1.696.967	10.313.139
Despesas com pessoal	(1.919.046)	(178.114)	(2.097.160)
Outras despesas administrativas	(1.541.025)	(60.975)	(1.602.000)
Depreciação e amortização	(347.246)	(25.560)	(372.806)
Provisões (líquidas)	(558.811)	(9.583)	(568.394)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(2.072.115)	(556.134)	(2.628.249)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(21.608)	704	(20.904)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	87.243	-	87.243
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	2.243.564	867.305	3.110.869

(1) Inclui, no Banco Comercial, o *hedge* econômico do investimento em Dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos *offshore* sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para lucros no montante de R\$332.942 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 30 de setembro de 2016, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$2.576.506.

	01/07 a 30/09/2015		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	6.696.738	1.059.604	7.756.342
Receitas de instrumentos de patrimônio	15.268	-	15.268
Resultado de equivalência patrimonial	26.002	-	26.002
Receitas líquidas de tarifas e comissões	2.091.845	306.503	2.398.348
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(7.804.844)	(161.859)	(7.966.703)
Outras receitas (despesas) operacionais	11.755	(201)	11.554
TOTAL DE RECEITAS	1.036.764	1.204.047	2.240.811
Despesas com pessoal	(1.816.700)	(170.282)	(1.986.982)
Outras despesas administrativas	(1.580.077)	(66.267)	(1.646.344)
Depreciação e amortização	(328.026)	(30.935)	(358.961)
Provisões (líquidas)	(996.489)	(65.033)	(1.061.522)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(2.850.011)	(285.384)	(3.135.395)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(299.250)	(221)	(299.471)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	762.061	-	762.061
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	(6.071.728)	585.925	(5.485.803)

(1) Inclui, no Banco Comercial, o *hedge* econômico do investimento em Dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos *offshore* sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para as perdas no montante de R\$7.616.244 devido aos efeitos da valorização cambial do Real frente ao Dólar em 30 de setembro de 2015, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$1.544.515.

	01/01 a 30/09/2016		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	20.191.983	2.204.021	22.396.004
Receitas de instrumentos de patrimônio	59.753	-	59.753
Resultado de equivalência patrimonial	50.516	-	50.516
Receitas líquidas de tarifas e comissões	6.802.062	1.061.464	7.863.526
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	6.422.142	2.035.090	8.457.232
Outras receitas (despesas) operacionais	(385.209)	(11.956)	(397.165)
TOTAL DE RECEITAS	33.141.247	5.288.619	38.429.866
Despesas com pessoal	(5.539.504)	(522.793)	(6.062.297)
Outras despesas administrativas	(4.636.067)	(203.588)	(4.839.655)
Depreciação e amortização	(1.019.510)	(76.872)	(1.096.382)
Provisões (líquidas)	(2.033.332)	(29.420)	(2.062.752)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(6.809.940)	(1.474.768)	(8.284.708)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(68.916)	355	(68.561)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	87.013	-	87.013
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	13.120.991	2.981.533	16.102.524

(1) Inclui, no Banco Comercial, o *hedge* econômico do investimento em Dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos *offshore* sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para lucros no montante de R\$6.247.068 devido aos efeitos da valorização cambial do Real frente ao Dólar em 30 de setembro de 2016, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$6.873.923.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

01/01 a 30/09/2015			
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	21.657.952	2.745.389	24.403.341
Receitas de instrumentos de patrimônio	95.881	-	95.881
Resultado de equivalência patrimonial	81.953	-	81.953
Receitas líquidas de tarifas e comissões	6.041.586	909.575	6.951.161
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(11.459.005)	(77.407)	(11.536.412)
Outras receitas (despesas) operacionais	(185.526)	(8.414)	(193.940)
TOTAL DE RECEITAS	16.232.841	3.569.143	19.801.984
Despesas com pessoal	(5.182.395)	(491.550)	(5.673.945)
Outras despesas administrativas	(4.664.020)	(187.631)	(4.851.651)
Depreciação e amortização	(1.068.457)	(98.209)	(1.166.666)
Provisões (líquidas)	(3.212.547)	30.631	(3.181.916)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(8.502.519)	(765.390)	(9.267.909)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(1.242.369)	(580)	(1.242.949)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	855.332	-	855.332
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	(6.784.134)	2.056.414	(4.727.720)

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em Dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em “Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros” integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para as perdas no montante de R\$11.454.511 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 30 de setembro de 2015, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$4.670.376.

30/09/2016			
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	541.645.440	70.236.673	611.882.113
Empréstimos e adiantamentos a clientes	186.134.749	54.599.756	240.734.505
Depósitos de clientes	228.928.428	19.484.793	248.413.221

31/12/2015			
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	524.192.046	81.202.482	605.394.528
Empréstimos e adiantamentos a clientes	185.371.651	66.661.798	252.033.449
Depósitos de clientes	223.165.976	19.876.896	243.042.872

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

As transações realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas ao período findo em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram as seguintes:

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 22 de março de 2016 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2016, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta será objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2016.

a.1) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Remuneração fixa	65.198	42.821
Remuneração variável	86.851	79.186
Outros	10.785	12.048
Total Benefícios de curto prazo	162.834	134.055
Remuneração baseada em ações	-	18.242
Total Benefícios de longo prazo	-	18.242
Total ⁽¹⁾	162.834	152.297

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco e demais empresas do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2016, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$21.958 (30/09/2015 - R\$20.606).



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.3) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
- II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
- III - pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;
- IV - pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						30/09/2016
	Ações	Ações	Ações	Ações	Total de	Total de Ações
Acionistas	ordinárias (milhares)	ordinárias (%)	preferenciais (milhares)	preferenciais (%)	ações (milhares)	(%)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,0%	1.733.644	46,7%	3.543.227	46,9%
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	1.107.673	28,8%	1.019.645	27,5%	2.127.318	28,1%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	518.207	13,5%	519.089	14,0%	1.037.296	13,7%
Santander Insurance Holding, S.L. ⁽¹⁾	3.758	0,1%	179	-	3.937	0,1%
Qatar Holding, LLC	207.812	5,4%	207.812	5,6%	415.624	5,5%
Funcionários	4.316	0,1%	4.330	0,1%	8.646	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	176.288	4,6%	204.079	5,5%	380.367	5,0%
Total	3.827.637		3.688.778		7.516.415	
Ações em Tesouraria	23.334	0,5%	23.334	0,6%	46.668	0,6%
Total	3.850.971	100,0%	3.712.112	100,0%	7.563.083	100,0%
<i>Free Float</i> ⁽²⁾	388.416	10,1%	416.221	11,2%	804.637	10,6%

						31/12/2015
	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Acionistas						
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,0%	1.733.644	46,7%	3.543.227	46,9%
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	1.107.673	28,8%	1.019.645	27,5%	2.127.318	28,1%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	518.207	13,5%	519.089	14,0%	1.037.296	13,7%
Santander Insurance Holding, S.L. ⁽¹⁾	3.758	0,1%	179	-	3.937	0,1%
Qatar Holding, LLC	207.812	5,4%	207.812	5,6%	415.624	5,5%
Funcionários	3.066	0,1%	3.088	0,1%	6.154	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	180.654	4,7%	208.436	5,6%	389.090	5,1%
Total	3.830.753		3.691.893		7.522.646	
Ações em Tesouraria	20.218	0,5%	20.218	0,5%	40.436	0,5%
Total	3.850.971	100,0%	3.712.111	100,0%	7.563.082	100,0%
<i>Free Float</i> ⁽²⁾	391.532	10,2%	419.336	11,3%	810.868	10,7%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.
(2) Composto por funcionário, Qatar Holding e outros.
(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

d) Transações com partes relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos são conforme segue:

Em milhares de Reais	30/09/2016		
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Ativo	5.313.642	603.014	451.530
Derivativos para negociação, posição líquida	(231.886)	-	(385.605)
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	(231.886)	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(95.346)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(290.259)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	5.420.888	-	98.700
Banco Santander Espanha ^{(1) (3) (5)}	5.420.888	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	3.307
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	94.805
Bank Zachodni	-	-	38
Banco Santander, S.A. – México	-	-	550
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	105.019	738.435
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	738.435
Webmotors S.A.	-	105.019	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ⁽¹⁾	8.902	495.649	-
Banco Santander Espanha	8.902	-	-
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽⁷⁾	-	495.649	-
Outros ativos	115.738	2.346	-
Banco Santander Espanha	115.738	-	-
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽⁷⁾	-	2.346	-
Passivo	(8.040.916)	(378.015)	(1.283.030)
Depósitos de instituições de crédito	(267.349)	(162.225)	(914.734)
Banco Santander Espanha ⁽⁴⁾	(267.349)	-	-
Santander Brasil Asset	-	-	(11.331)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(899.588)
Banco Santander, S.A. – Uruguay	-	-	(3.815)
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽⁷⁾	-	(162.225)	-
Depósitos de clientes	-	(215.790)	(333.687)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(20.300)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A.	-	-	(50.843)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(24.181)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(45.854)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(20.430)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(167.114)
Webmotors S.A.	-	(215.790)	-
Outros	-	-	(4.965)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.766.366)	-	-
Banco Santander Espanha ^{(2) (6)}	(7.766.366)	-	-
Outras obrigações	(7.201)	-	(34.609)
Banco Santander Espanha	(7.201)	-	-
Santander Brasil Asset	-	-	(69)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(18.990)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha)	-	-	(10.090)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(1.825)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(1.179)
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	-	-	(2.368)
Outros	-	-	(88)



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em milhares de Reais			31/12/2015
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Ativo	23.245.276	954.190	805.572
Ativos Financeiros para negociação - Derivativos, posição líquida	(265.491)	-	(536.215)
Banco Santander Espanha	(265.491)	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(156.976)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(379.239)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	23.248.821	-	136.634
Banco Santander, S.A. – Espanha ^{(3) (5)}	23.248.821	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	1.303
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	135.165
Bank Zachodni	-	-	101
Banco Santander, S.A. – México	-	-	65
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	11.112	1.205.153
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	753.581
Webmotors S.A.	-	11.112	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	186
BW Guirapá	-	-	451.386
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ⁽¹⁾	26.414	940.236	-
Banco Santander – Espanha	26.414	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽⁷⁾	-	939.861	-
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽⁷⁾	-	375	-
Outros ativos	235.532	2.842	-
Banco Santander Espanha	235.532	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽⁷⁾	-	2.276	-
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽⁷⁾	-	566	-
Passivo	(12.155.786)	(255.330)	(937.572)
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	(219.037)	(37.796)	(650.620)
Banco Santander Espanha ⁽⁴⁾	(219.037)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽⁷⁾	-	(31.656)	-
Santander Brasil Asset	-	-	(12.360)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(616.399)
Banco Santander, S.A. – Uruguay	-	-	(20.533)
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽⁷⁾	-	(6.140)	-
Outros	-	-	(1.328)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(12.416)	-	-
Banco Santander Espanha	(12.416)	-	-
Depósitos de clientes	-	(217.534)	(285.870)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(43.842)
Santander Securities	-	-	(679)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(29.993)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(109.506)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(72.182)
Webmotors S.A.	-	(217.534)	-
Outros	-	-	(29.668)
Outros passivos - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(2.488.510)	-	(705)
Banco Santander Espanha	(385.067)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	(788.119)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	(1.398)	-	-
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	(1.313.926)	-	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	-	-	(705)
Outras obrigações	-	-	(377)
Santander Brasil Asset	-	-	(68)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(309)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(9.435.823)	-	-
Banco Santander Espanha ^{(2) (6)}	(9.435.823)	-	-



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

- (1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a) , através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.
- (2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).
- (3) Em 30 de setembro de 2016, inclui a disponibilidades no valor de R\$335.004 (31/12/2015 - R\$1.866.683)
- (4) Em 30 de setembro de 2016, refere-se à captação de recursos através de operações de repasses no exterior totalizando R\$267.349 (31/12/2015 - R\$219.037), com vencimento até outubro de 2018 e juros entre 0,56% e 14,03% a.a.
- (5) Em 30 de setembro de 2016, incluem a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 03 de outubro de 2016, no valor de R\$5.085.883 (31/12/2015 - R\$20.699.539) e juros de até 0,17% a.a. mantidas, pelo Santander Estabelecimento Financeiro de Crédito, Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.
- (6) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.
- (7) Em fevereiro de 2016, a empresa Cia de Crédito, Financiamento e Investimentos Renault, foi incorporada pelo Banco RCI Brasil.

	01/01 a 30/09/2016		
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Resultado	(709.874)	88.137	684.394
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	30.883	102.056	299
Banco Santander Espanha	30.883	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	299
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽⁴⁾	-	102.056	-
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	(21.373)	(32.283)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(2.501)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(10.636)
Webmotors S.A.	-	(21.373)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(14.887)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A.	-	-	(2.462)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(1.506)
Outros	-	-	(291)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(382)	(8.725)	(92.159)
Banco Santander Espanha	(382)	-	-
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽⁴⁾	-	(8.725)	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(90.774)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(1.385)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(963)	16.179	1.367.277
Banco Santander Espanha	(963)	-	-
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽⁴⁾	-	15.304	-
Banco Santander International	-	-	16.980
Webmotors S.A.	-	875	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	172.378
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	1.173.892
Outros	-	-	4.027
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(168.748)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(168.748)	-	-
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(570.664)	-	213.291
Banco Santander Espanha	(570.664)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	171.517
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	36.223
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	14.126
Outros	-	-	(8.575)
Despesas administrativas e amortização	-	-	(756.650)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(311.359)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(178.947)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(430)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(18.056)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(155.762)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha)	-	-	(19.296)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(26.209)
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	-	-	(41.449)
Outros	-	-	(5.142)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(15.381)
Santander Cultural	-	-	(2.281)
Fundação Santander	-	-	(3.100)
Fundação Sudameris	-	-	(10.000)



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/09/2015		
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Resultado	(1.232.026)	148.158	1.122.744
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	21.603	125.057	48
Banco Santander Espanha	21.603	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽⁴⁾	-	125.057	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	48
Despesas com juros e similares - depósitos de clientes	-	(18.246)	(95.027)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(5.876)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(12.375)
Webmotors S.A.	-	(18.246)	-
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(2.848)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A.	-	-	(71.787)
Outros	-	-	(2.141)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(214)	(83)	(4.206)
Banco Santander Espanha	(214)	-	-
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽⁴⁾	-	(83)	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(2.526)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(1.680)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(15.048)	19.331	1.327.971
Banco Santander Espanha	(15.048)	-	-
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽⁴⁾	-	2.938	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽⁴⁾	-	15.652	-
Banco Santander International	-	-	8.804
Webmotors S.A.	-	741	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	184.684
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	1.131.469
Outros	-	-	3.014
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(282.646)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(282.646)	-	-
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais (líquidos)	(955.721)	22.099	(165.749)
Banco Santander Espanha	(955.721)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	371.385
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(449.273)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(98.235)
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽⁴⁾	-	22.099	-
Outros	-	-	10.374
Despesas administrativas e amortização	-	-	(713.179)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(297.517)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(149.787)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(707)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(16.931)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(117.986)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha)	-	-	(15.933)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda	-	-	(67.863)
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	-	-	(41.355)
Outros	-	-	(5.100)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(12.068)
Santander Cultural	-	-	(2.458)
Fundação Santander	-	-	(1.970)
Instituto Escola Brasil	-	-	(1.140)
Fundação Sudameris	-	-	(6.500)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	750.550
Santander Securities Services Brasil Participações ⁽⁵⁾	-	-	750.550
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	-	-	34.404
Capital Riesgo Global ⁽³⁾	-	-	34.404

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

(3) Refere-se ao lucro na venda da empresa MS Participações.

(4) Em fevereiro de 2016, a empresa Cia de Crédito, Financiamento e Investimentos Renault, foi incorporada pelo Banco RCI Brasil.

(5) Refere-se ao lucro na venda da Santander Securities Services Brasil DTVM (Nota 3.a).



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17. Outras divulgações

a) Transações e Eventos Significativos

a.1) Transferência entre categorias

No primeiro trimestre de 2016, em função da mudança de estratégia do Banco Santander, foram reclassificados da rubrica de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Instrumentos de Dívidas para Empréstimos e Recebíveis - Instrumentos de Dívidas o montante total de R\$4.562.869, atendendo assim ao requerido no IAS 39.

No terceiro trimestre de 2015, em função da mudança de estratégia do Banco Santander, foram reclassificados da rubrica de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Instrumentos de Dívidas o montante total de R\$21.535.467, sendo que R\$10.416.005 foram transferidos para Investimentos Mantidos até o Vencimento e R\$11.119.462 para Empréstimos e Recebíveis - Instrumentos de Dívidas. O Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, atendendo assim ao requerido no IAS 39.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

b.1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais
Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como "Hedge"

	30/09/2016	31/12/2015
Ativo		
<i>Swap</i> - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	14.651.534	22.312.106
Prêmios de Opções a Exercer	1.101.674	895.684
Contratos a Termo e Outros	4.044.315	3.042.572
Total	19.797.523	26.250.362
Passivo		
<i>Swap</i> - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	11.707.502	20.154.760
Prêmios de Opções Lançadas	1.052.427	827.757
Contratos a Termo e Outros	2.379.076	3.734.442
Total	15.139.005	24.716.959

(1) Inclui *swaption* e derivativos embutidos.

Resumo por Categoria

Negociação	30/09/2016			31/12/2015		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
<i>Swap</i>	398.394.324	14.549.461	3.065.472	611.162.351	19.769.817	3.221.966
Ativo	206.560.464	23.878.877	25.197.058	315.466.085	37.830.618	38.512.406
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	47.407.487	22.193.287	24.058.250	38.808.344	6.807.759	9.081.792
Taxa de Juros Pré - Reais	134.399.477	-	-	200.528.046	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	10.488.199	-	-	15.491.509	8.561.406	6.421.310
Moeda Estrangeira	14.265.301	1.685.590	1.138.808	60.626.540	22.449.809	23.009.304
Outros	-	-	-	11.646	11.644	-
Passivo	191.833.860	(9.329.416)	(22.131.586)	295.696.266	(18.060.801)	(35.290.440)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	25.037.058	-	-	32.000.584	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	139.914.657	(5.515.180)	(18.390.775)	218.588.847	(18.060.801)	(35.280.694)
Indexados em Índices de Preços e Juros	14.175.763	(3.687.564)	(3.597.861)	6.930.103	-	-
Moeda Estrangeira	12.579.710	-	-	38.176.732	-	(9.746)
Outros	126.672	(126.672)	(142.950)	-	-	-
Opções	173.745.711	321.091	49.247	91.877.351	(62.344)	67.927
Compromissos de Compra	79.586.594	1.051.039	1.101.674	46.024.648	329.328	895.684
Opções de Compra Dólar	12.739.512	285.343	255.858	5.018.652	225.226	665.655
Opções de Venda Dólar	5.866.610	391.354	431.171	2.735.625	58.884	31.520
Opções de Compra Outras	9.374.800	36.562	37.396	14.106.701	3.089	113.809
Mercado Interfinanceiro	8.337.800	5.059	6.876	13.114.822	3.089	93.435
Outras ⁽¹⁾	1.037.000	31.503	30.520	991.879	-	20.374
Opções de Venda Outras	51.605.672	337.780	377.249	24.163.670	42.129	84.700
Mercado Interfinanceiro	49.718.783	13.053	24.762	23.350.994	27.761	4.558
Outras ⁽¹⁾	1.886.889	324.727	352.487	812.676	14.368	80.142
Compromissos de Venda	94.159.117	(729.948)	(1.052.427)	45.852.703	(391.672)	(827.757)
Opções de Compra Dólar	8.284.369	(186.610)	(196.906)	3.331.244	(184.272)	(596.729)
Opções de Venda Dólar	7.706.190	(481.988)	(776.618)	4.402.202	(125.171)	(73.815)
Opções de Compra Outras	24.425.278	(22.289)	(24.710)	14.567.407	(43.313)	(122.683)
Mercado Interfinanceiro	22.997.040	(5.107)	(3.364)	13.730.262	(21.931)	(112.707)
Outras ⁽¹⁾	1.428.238	(17.182)	(21.346)	837.145	(21.382)	(9.976)
Opções de Venda Outras	53.743.280	(39.061)	(54.193)	23.551.850	(38.916)	(34.530)
Mercado Interfinanceiro	53.290.077	(9.556)	(9.684)	23.218.228	(26.314)	(1.615)
Outras ⁽¹⁾	453.203	(29.505)	(44.509)	333.622	(12.602)	(32.915)



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

			30/09/2016		31/12/2015	
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Contratos de Futuros	137.132.255	-	-	184.191.204	-	-
Posição Comprada	48.565.093	-	-	41.186.341	-	-
Cupom Cambial (DDI)	14.449.074	-	-	4.274.352	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	14.972.382	-	-	22.760.484	-	-
Moeda Estrangeira	16.883.413	-	-	11.710.934	-	-
Índice ⁽²⁾	71.531	-	-	577.149	-	-
Outros	2.188.693	-	-	1.863.422	-	-
Posição Vendida	88.567.162	-	-	143.004.863	-	-
Cupom Cambial (DDI)	52.097.953	-	-	58.499.504	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	35.462.816	-	-	20.836.314	-	-
Moeda Estrangeira	619.535	-	-	35.463.589	-	-
Índice ⁽²⁾	146.637	-	-	500.993	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	240.221	-	-	49.163	-	-
Outros	-	-	-	27.655.300	-	-
Contratos a Termo e Outros	43.742.035	1.079.479	1.665.239	51.051.014	1.032.738	(691.870)
Compromissos de Compra	16.882.327	890.264	1.229.537	21.570.405	3.251.537	3.028.038
Moedas	16.673.750	522.966	862.210	21.570.405	2.914.197	2.690.632
Outros	208.577	367.298	367.327	-	337.340	337.406
Compromissos de Venda	26.859.708	189.215	435.702	29.480.609	(2.218.799)	(3.719.908)
Moedas	26.217.000	622.820	732.856	29.140.219	(1.895.005)	(3.382.384)
Outros	642.708	(433.605)	(297.154)	340.390	(323.794)	(337.524)

(1) Inclui opções de ações, índices.

(2) Inclui índices Bovespa e S&P.

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial				30/09/2016	31/12/2015
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
<i>Swap</i>	53.683.774	15.751.589	137.125.101	206.560.464	315.466.085
Opções	8.396.952	2.015.194	163.333.565	173.745.711	91.877.351
Contratos de Futuros	-	-	137.132.255	137.132.255	184.191.204
Contratos a Termo e Outros	30.327.955	9.088.639	4.325.441	43.742.035	51.051.014

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

b.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial				30/09/2016	31/12/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
<i>Swap</i>	9.642.336	36.387.369	160.530.759	206.560.464	315.466.085
Opções	35.362.416	134.759.253	3.624.042	173.745.711	91.877.351
Contratos de Futuros	78.960.918	31.528.040	26.643.297	137.132.255	184.191.204
Contratos a Termo e Outros	23.291.504	16.372.395	4.078.136	43.742.035	51.051.014

b.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial				30/09/2016	31/12/2015
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão	Total	Total
<i>Swap</i>	142.793.964	61.935.968	1.830.532	206.560.464	315.466.085
Opções	164.805.791	8.539.920	400.000	173.745.711	91.877.351
Contratos de Futuros	137.132.255	-	-	137.132.255	184.191.204
Contratos a Termo e Outros	-	28.996.123	14.745.912	43.742.035	51.051.014

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

b.5) "Hedge" Contábil

As relações de hedge são de três tipos: Hedge de Valor Justo, Hedge de Fluxo de Caixa e Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* por indexador eram representados como seguem:

"Hedge" de Valor Justo

A estratégia de hedge de valor justo do Banco Santander consiste em hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco Santander segrega as transações por fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco Santander utiliza contratos de Swaps de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados.

Banco Santander aplica o hedge de valor justo como segue:

- Contrata swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting, tendo como item objeto nesta relação operações passivas, feita sobre o instrumento de Assunção de Dívida tomadas em moeda estrangeira. Os relacionamentos de hedge foram designados em Março 2015, e os vencimentos dos Swaps relacionados ocorrerão entre dezembro de 2016 e 2020.
- Contrata swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI (vendidos em conjunto para o cliente) e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de *Hedge Accounting*, tendo como item objeto nesta relação operações de empréstimos em moeda estrangeira. Os relacionamentos de *hedge* foram designados em janeiro 2016, e os vencimentos dos Swaps relacionados ocorrerão entre 2016 e 2018.
- O Banco Santander possui uma carteira de Ativos indexador em Reais e negociados em Cayman. Na operação em Reais, o valor do ativo em Dólar será convertido para Reais pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da captação, já expresso em Reais será corrigido pelo % CDI ou Pré-Fixado. Os Ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency* a fim de transpassar o risco em Reais para LIBOR + Cupom. Os relacionamentos de hedge foram designados em outubro de 2015, e os vencimentos dos Swaps relacionados ocorrerão entre outubro de 2016 e 2021.
- O Banco Santander possui uma carteira de ativos de crédito emitidos em moeda estrangeira - Dólar a taxa fixa no Balanço da “Santander EFC” (subsidiária independente na Espanha), onde a moeda funcional é Euros. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco Santander designa cada swap de Moeda Estrangeira Euro Flutuante X Dólar Fixos como hedge de valor de mercado do empréstimo correspondente. Os relacionamentos de hedge foram designados em 2013, e os vencimentos dos Swaps relacionados ocorrerão entre dezembro de 2016 e 2020.
- O Banco Santander possui uma carteira de títulos privados indexados à inflação brasileira (IPCA e IGPM) conjugada com swaps de (IPCA ou IGPM) + Cupom versus CDI, o Banco Santander designa cada swap de Inflação + Cupom versus CDI como hedge de valor de mercado do ativo correspondente. Os relacionamentos de hedge foram designados entre 2012 e 2015, e foram terminados em Junho de 2016.
- O Banco Santander possui uma carteira de títulos privados em moeda estrangeira conjugada com swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus CDI, o Banco Santander designa cada swap de Moeda Estrangeira + Cupom versus CDI como hedge de valor de mercado do ativo correspondente. Os relacionamentos de hedge foram designados entre 2011 e 2012, e foram terminados em junho de 2016.
- O Banco Santander possui uma carteira de títulos privados indexados a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) conjugada com swaps de (TJLP) + Cupom versus CDI, o Banco Santander designa cada swap de TJLP + Cupom versus CDI como hedge de valor de mercado do ativo correspondente. Os relacionamentos de hedge foram designados entre 2012 e 2015, e foram terminados em junho de 2016.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o Banco Santander segue o IAS 39 que exige que o teste de efetividade seja efetuado no início (teste prospectivo) da estrutura de hedge, e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a relação de hedge permanece efetiva.

a) Teste prospectivo: Segundo a norma, o teste prospectivo deve ser feito na data de início (*inception*) e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de hedge é alta.

a.1) O teste prospectivo inicial (*no inception*): restringe-se a uma revisão qualitativa dos termos críticos e condições do instrumento e do objeto de hedge, para uma conclusão de que mudanças no valor de mercado de ambos os instrumentos são esperadas para se anularem completamente.

a.2) O teste periódico prospectivo: periodicamente será computada a sensibilidade do valor presente do objeto de hedge e do instrumento de hedge a uma variação paralela de 10 *basis points* na curva de taxa de juros. Para fins de efetividade a razão das duas sensibilidades deverá estar compreendida no intervalo entre 80% e 125%.

b) Teste retrospectivo: O teste retrospectivo de efetividade será conduzido através da comparação da variação do MTM do instrumento de hedge desde o inception date com a variação do MTM do objeto de hedge desde o *inception*, excluído o spread de crédito e liquidez da operação:

Em hedges de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado, e o período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado mensal.

Estrutura de Hedge	30/09/2016		31/12/2015	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Fair Value Hedge				
Debêntures	-	-	10.502	-
Eurobonds	19.728	-	2.051	-
NCE	-	-	53.131	-
Resolução 2770	-	-	35.338	-
Trade Finance Off	1.428	-	11.046	-
Total	21.156	-	112.068	-



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	30/09/2016 Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	31/12/2015 Valor de Mercado
Instrumentos de Hedge						
Contratos de Swap	(113.294)	(33.182)	(146.476)	153.812	(66.990)	86.822
Ativo	2.335.245	24.174	2.359.419	7.072.924	57.829	7.130.753
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2) (5) (6)}	-	-	-	1.778.699	4.376	1.783.075
Taxa de Juros Pré - Reais ^{(2) (6)}	-	-	-	3.522.475	27.184	3.549.659
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - USD ⁽⁵⁾	-	-	-	93.682	790	94.472
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar	1.109.814	1.456	1.111.270	675.929	(10.904)	665.025
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(2) (3) (5) (6)}	799.715	24	799.739	610.661	1.962	612.623
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁵⁾	425.716	22.694	448.410	355.809	34.347	390.156
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - YEN ⁽³⁾	-	-	-	35.669	74	35.743
Passivo	(2.448.539)	(57.356)	(2.505.895)	(6.919.112)	(124.819)	(7.043.931)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ^{(1) (5) (6)}	(463.156)	(23.660)	(486.816)	(1.026.611)	(55.892)	(1.082.503)
Indexados em Índices de Preços e Juros ^{(2) (6)}	-	-	-	(800.174)	(30.982)	(831.156)
Indexados em Moeda Estrangeira -Pré Dólar ⁽⁶⁾	(21.060)	(1.487)	(22.547)	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(3) (4)}	(1.929.364)	(28.498)	(1.957.862)	(3.267.140)	(12.298)	(3.279.438)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(4) (3)}	-	-	-	(41.452)	(61)	(41.513)
Taxa de Juros Pré - Reais ^{(5) (6)}	(34.959)	(3.711)	(38.670)	(1.783.735)	(25.586)	(1.809.321)
Objeto de Hedge						
Ativo	663.946	7.976	671.922	2.993.780	110.003	2.722.142
Empréstimos e Recebíveis	567.092	(2.067)	565.025	2.124.623	94.104	2.218.727
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	434.832	7.730	442.562	1.253.035	42.348	1.295.383
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽⁶⁾	-	-	-	863.781	52.984	916.765
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁶⁾	132.260	(9.797)	122.463	7.807	(1.228)	6.579
Instrumentos de Dívida	96.854	10.043	106.897	869.157	15.899	503.415
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	-	-	-	492.837	10.578	503.415
Taxa de Juros Pré - Reais	96.854	10.043	106.897	376.320	5.321	381.641
Passivo	(2.062.511)	18.443	(2.044.068)	(3.512.568)	(8.383)	(3.520.951)
Obrigações por Empréstimos no Exterior	(2.062.511)	18.443	(2.044.068)	(3.476.825)	(8.342)	(3.485.167)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(2.062.511)	18.443	(2.044.068)	(3.476.825)	(8.342)	(3.485.167)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	-	(35.743)	(41)	(35.784)
<i>Eurobonds</i>	-	-	-	(35.743)	(41)	(35.784)

(1) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado R\$442.562 (31/12/2015 - R\$1.295.383) e em 31 de dezembro de 2015, títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$59.615.

(2) Em 31 de dezembro de 2015, instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em índices de preços e juros no valor de R\$916.765 e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$443.800.

(3) Em 31 de dezembro de 2015, instrumentos cujos objetos de "hedge" são obrigações com títulos e valores mobiliários no exterior - eurobonds com valor de mercado de R\$35.784.

(4) Em 31 de dezembro de 2015, instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados com taxas de juros pré fixados em Reais com valor de mercado de R\$6.579.

(5) Instrumentos ativos cujos objetos de "hedge" são obrigações por empréstimos no exterior indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$2.044.068 (31/12/2015 - R\$3.485.167) e em 31 de dezembro de 2015 instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em taxas de juros pré - reais com valor de mercado de R\$381.641.

(6) No mês de junho de 2016, a Administração decidiu mudar a posição estratégica dos objetos de hedge referentes a operações de crédito e debêntures: indexados em moeda estrangeira dólar, moeda estrangeira pré-dólar, índices de preços e juros e taxa de juros pré-reais que deixaram de possuir marcação de cobertura contábil e permaneceram como cobertura econômica, com efeito no resultado do período de uma despesa no valor de R\$12.102 líquido dos efeitos tributários.

"Hedge" de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco Santander consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco Santander aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps Passivos Dólar *Fixed* e Ativos em Reais e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto nesta relação operações de captações em Reais e negociado com terceiros em Cayman. Os relacionamentos de hedge foram designados em janeiro 2016, e os vencimentos dos hedges relacionados ocorrerão entre 2017 e 2021.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- Contrata swaps Ativos Dólar *Fixed* e passivos em Reais flutuante e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto nesta relação operações de empréstimos indexados em Reais flutuante e negociados com terceiros em Cayman. Os relacionamentos de hedge foram designados em janeiro 2016, e os vencimentos dos hedges relacionados ocorrerão entre 2016 e 2021.
- Contrata futuros de DI e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto nesta relação parte de sua carteira de CDBs indexadas a percentuais iguais ou próximos de 100% da variação do CDI. Os relacionamentos de hedge foram designados em junho 2016, e os vencimentos dos hedges relacionados ocorrerão entre outubro de 2016 e 2017.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto nesta relação parte de sua carteira de Crédito em dólares. Os relacionamentos de hedge foram designados em 2007, e os vencimentos dos hedges relacionados ocorrerão entre outubro de 2016 e 2025.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o Banco Santander segue o IAS 39 que indica que o teste de efetividade deve ser efetuado na concepção/início da estrutura de hedge (teste prospectivo), e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a expectativa da relação de hedge permanece efetiva (entre 80 e 125%).

Eventuais inefetividades serão reconhecidas em resultado.

a) Teste Prospectivo: Segundo a normativa, o teste prospectivo deve ser executado na data do *inception* e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de hedge é alta. Porém, os testes serão efetuados mensalmente para acompanhamento pró-ativo e mais eficiente das projeções, além de melhor manutenção das rotinas relacionadas aos testes.

a.1) Teste Prospectivo Periódico: conforme o fluxo do processo acordado, será realizado através da comparação do valor futuro do objeto de hedge contra saldo de valor futuro da ponta Reais do instrumento.

a.2) Teste Prospectivo Inicial: a metodologia do teste prospectivo periódico também deverá ser aplicada na data de início de cada nova estratégia.

A parcela Inefetiva será reconhecida através do teste prospectivo do hedge.

Parcela Inefetiva = Efetividade Prospectivo – 100%

b) Teste Retrospectivo: Deve ser efetuado mensalmente com dados históricos para demonstrar de forma cumulativa de que o hedge foi efetivo, ou seja, demonstrar que o(s) pagamento(s)/saldo Accrual do Passivo foram compensado(s) pelo(s) pagamento(s)/saldo Accrual do Swap.

Efetividade deve ficar entre 80% e 125%.

Em hedges de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob rubrica “Outros resultados abrangentes – hedges de fluxo de caixa” até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto que, se as transações prevista resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado. E a parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre instrumentos de hedge de fluxo de caixa em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado.

Estrutura de Hedge	30/09/2016		31/12/2015	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Cash Flow Hedge				
Eurobonds	(4.302)	-	(29.750)	-
Empréstimos e Recebíveis	103.520	-	(575.571)	-
CDB	614	-	-	-
Total	99.832	-	(605.321)	-

Instrumentos de Hedge Contratos de Swap	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	30/09/2016 Valor de Mercado
	80.112	(55.077)	25.036
Ativo	1.949.346	187.158	2.136.504
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ^{(4) (5) (7)}	1.477.440	125.679	1.603.120
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁵⁾	471.906	61.479	533.384
Passivo	(1.869.234)	(242.235)	(2.111.468)
Indexados em Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁴⁾	(190.187)	(3.529)	(193.716)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro ⁽⁴⁾	(694.213)	(168.349)	(862.560)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁷⁾	(453.529)	(3.867)	(457.396)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽⁵⁾	(518.578)	(66.219)	(584.798)
Indexados em Moeda Estrangeira - Reais ⁽⁵⁾	(12.727)	(271)	(12.998)



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	31/12/2015 Valor de Mercado
Instrumentos de Hedge			
Contratos de Swap	(1.115.950)	(35.492)	(1.151.442)
Ativo	7.779.307	151.793	7.931.100
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	1.237.987	6.998	1.244.985
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	301.285	1.622	302.907
Indexados em Reais ⁽⁴⁾	3.746.785	(13.690)	3.733.095
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ^{(5) (6)}	2.042.940	127.632	2.170.572
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁶⁾	450.310	29.231	479.541
Passivo	(8.895.257)	(187.285)	(9.082.542)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3)}	(6.580.306)	(17.767)	(6.598.073)
Indexados em Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁵⁾	(22.855)	-	(22.855)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro ⁽⁵⁾	(1.718.446)	(133.376)	(1.851.822)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	(509.960)	(34.379)	(544.339)
Indexados em Moeda Estrangeira - Reais ⁽⁶⁾	(63.690)	(1.763)	(65.453)

	30/09/2016	31/12/2015
	Valor de Referência	Valor de Referência
Instrumentos de Hedge	100.783.977	72.798.063
Contratos de Futuros	55.741.832	72.798.063
Operações de Crédito ⁽⁶⁾		
Moeda Estrangeira - Dólar	1.515.975	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	27.984.945	-
Taxa de Juros DDI1	26.240.912	-
Certificado de Depósitos Bancários - CDB ⁽⁷⁾	45.042.145	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	45.042.145	-

	30/09/2016	31/12/2015
Objeto de Hedge - Valor da Curva		
Ativo	26.546.565	37.251.860
Empréstimos e Recebíveis - Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação ⁽⁶⁾	25.279.326	35.743.885
Empréstimos e Recebíveis	528.417	641.421
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽⁴⁾	738.822	866.554
Passivo	(45.062.839)	(1.995.118)
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(45.062.839)	-
Eurobonds	-	(1.995.118)

(1) Em dezembro de 2015, operações com vencimento em 12 de abril de 2016, cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(2) Em dezembro de 2015, operação com vencimento em 13 de abril de 2016, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(3) Em dezembro de 2015, operações com vencimento em 18 de março de 2016, cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(4) Operações com vencimento em 01 de abril de 2021 (31/12/2015 - operações com vencimento em 18 de março de 2016 e 1 de abril de 2021), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por título da dívida externa brasileira e operações de crédito.

(5) Operações com vencimento entre outubro de 2016 a março de 2029 (31/12/2015 - operações com vencimento entre agosto de 2016 a junho de 2021), cujos objetos de "hedge" são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.

(6) Operações com vencimento entre outubro de 2016 a dezembro de 2025 (31/12/2015 - operação com vencimento entre janeiro de 2016 a dezembro de 2024) e valor atualizado dos instrumentos de R\$24.518.691 (31/12/2015 - R\$35.743.844), cujo objeto de "hedge" são as operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação.

(7) Operações com vencimento entre outubro de 2019 a julho de 2021 e valor atualizado dos instrumentos de R\$45.062.839, cujo objeto de "hedge" são captações com operações de CDB (Certificado de Depósito Bancário).

O efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um débito no valor de R\$47.022 (31/12/2015 - R\$345.373) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

"Hedge" dos Investimentos no Exterior

O Banco Santander opera um agencia nas Ilhas Cayman e uma subsidiaria chamada Santander Brasil Estabelecimento Financeiro de Credito, EFC, ou “Santander EFC” (subsidiaria independente na Espanha), que são usadas principalmente para captação de recursos nos mercados de captação e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de credito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comercio exterior e capital de giro.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixa futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Banco utiliza contratos de futuros negociados na BM&FBovespa, contratos de forward ou contratos de Spot.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A moeda funcional da Santander EFC é Euro, portanto, as diferenças cambiais geradas para conversão desse investimento para o Real são registradas em “Outros Resultados Abrangentes”. No caso da agência de Cayman, sua moeda funcional é o Real. Assim, as diferenças cambiais das operações que são realizadas em Dólar são registradas no resultado. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais Brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desse derivativo é o de proteger o resultado líquido após impostos. Considerando que os efeitos das variações cambiais não são tributáveis ou dedutíveis e, o efeito das variações de referidos derivativos sofrem tributação ou são dedutíveis, o notional dos derivativos contratados é maior que o montante dos ativos líquidos protegidos.

No caso da Santander EFC, o Banco utiliza *Hedge Accounting* (Net Investimentos Hedge). As variações do valor dos derivativos, assim como seu efeito fiscal, se registram em “Outros Resultados Abrangentes”, compensando as variações cambiais produzidas pela conversão do investimento para o Real, quando as coberturas são efetivas.

No caso da agência de Cayman, o Banco não utiliza *Hedge Accounting*. As variações cambiais das operações em dólares e o efeito dos derivativos utilizados na proteção econômica (contratos de futuros) são registrados em resultado. O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resultam em volatilidade no Lucro (Prejuízo) Operacional antes da Tributação e na conta de “Impostos sobre Renda”.

A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre instrumentos de hedge de investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado.

a) Teste Prospectivo: Segundo a normativa, o teste prospectivo deve ser executado na data do *inception* e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de hedge é alta. Porém, os testes serão efetuados mensalmente para acompanhamento pró-ativo e mais eficiente das projeções, além de melhor manutenção das rotinas relacionadas aos testes.

a.1) Teste Prospectivo Periódico: conforme o fluxo do processo acordado, será realizado através da comparação do Valor Futuro do objeto de hedge contra saldo valor futuro da ponta Reais do instrumento.

a.2) Teste Prospectivo Inicial: a metodologia do teste prospectivo periódico também deverá ser aplicada na data de início de cada nova estratégia.

A parcela Inefetiva será reconhecida através do teste prospectivo do hedge.

Parcela Inefetiva = Efetividade Prospectivo – 100%

b) Teste Retrospectivo: Deve ser efetuado mensalmente com dados históricos para demonstrar de forma cumulativa de que o hedge foi efetivo, ou seja, demonstrar que o(s) pagamento(s)/saldo Accrual do Passivo foram compensado(s) pelo(s) pagamento(s)/saldo Accrual do Swap.

Efetividade deve ficar entre 80% e 125%.

Em hedge dos investimentos no exterior a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto que, se as transações prevista resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado. E a parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre instrumentos de hedge de fluxo de caixa em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado.

	30/09/2016		31/12/2015	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Estrutura de Hedge				
Investimento Exterior				
Foward / Spot	(602)	-	13.462	-
Total	(602)	-	13.462	-

Em 30 de setembro de 2016, o Banco possui registrada uma operação de hedge de investimento sobre sua participação acionária na Santander EFC, com valor referencial de R\$3.224.389 (31/12/2015 - R\$3.235.019), com vencimento entre dezembro 2016 a março 2017 e o efeito de R\$470.310 (31/12/2015 - R\$98.944) da variação cambial contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

b.6) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	30/09/2016	31/12/2015
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	798.814	330.605
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.192.933	8.757.097
Notas do Tesouro Nacional - NTN	679.725	757.969
Total	5.671.472	9.845.671



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais. Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências, dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de setembro de 2016.

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(12.644)	(408.069)	(816.138)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(3.848)	(50.340)	(100.681)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(1.231)	(6.710)	(13.420)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.794)	(2.168)	(4.335)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(3.635)	(90.879)	(181.759)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(3.222)	(13.151)	(26.302)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(9.520)	(142.227)	(284.455)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.445)	(36.123)	(72.246)
Outros	Exposições que não se Enquadram nas Definições Anteriores	(15.208)	(1.344)	(2.687)
Total ⁽¹⁾		(52.547)	(751.011)	(1.502.023)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de 10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	(89.277)	(2.442.976)	(4.655.745)
Taxa Referencial e TJLP	Exposições sujeitas à variação de cupons de TR e TJLP	(25.354)	(674.392)	(1.238.269)
Inflação	Exposições sujeitas à variação das taxas de cupons de índices de preços	(14.394)	(15.429)	(61.190)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à variação da taxa do cupom de dólar	(1.338)	(58.246)	(106.499)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(11.598)	(65.036)	(130.748)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(13.997)	(193.969)	(361.466)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(2.031)	(50.785)	(101.570)
Total ⁽¹⁾		(157.989)	(3.500.833)	(6.655.487)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

d) Fundos gerenciados não registrados no balanço

O Banco Santander possui fundos sob gestão, os quais não possui participação significativa, não atua como "principal" e não possui participação acionária. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório. Ademais, o Banco atua como gestor dos fundos na análise de regime de remuneração, os quais são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, não indica que o gestor dos fundos atua como "principal".

Os fundos gerenciados pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	30/09/2016	31/12/2015
Fundos sob gestão	1.585.266	2.542.286
Total	1.585.266	2.542.286



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$20.852.437 e R\$38.412.152, respectivamente.

f) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Em milhares de Reais					30/09/2016
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	53.156.514	54.623.824	-	54.623.824	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento	9.849.491	10.308.773	7.135.074	3.173.699	-
Empréstimos e recebíveis:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	26.643.283	26.634.308	-	26.634.308	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	240.734.505	241.078.366	-	-	241.078.366
Empréstimos e recebíveis - Instrumentos de dívida	15.578.595	15.263.263	-	15.263.263	-
Total	345.962.388	347.908.534	7.135.074	99.695.094	241.078.366

Em milhares de Reais					31/12/2015
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	31.316.917	31.310.136	-	31.310.136	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento	10.097.836	9.257.519	5.698.211	3.559.308	-
Empréstimos e recebíveis:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	42.422.638	42.381.130	-	42.381.130	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	252.033.449	251.319.173	-	-	251.319.173
Empréstimos e recebíveis - Instrumentos de dívida	11.812.701	11.457.378	-	11.457.378	-
Total	347.683.541	345.725.336	5.698.211	88.707.952	251.319.173

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Em milhares de Reais					30/09/2016
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	66.928.908	66.947.473	-	-	66.947.473
Depósitos de clientes	231.311.373	231.262.486	-	-	231.262.486
Obrigações por títulos e valores mobiliários	98.831.500	94.046.541	-	6.847.752	87.198.789
Dívidas subordinadas	453.958	453.958	-	-	453.958
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	8.205.703	8.172.799	-	8.172.799	-
Outros passivos financeiros	30.636.893	29.379.893	-	-	29.379.893
Total	436.368.335	430.263.150	-	15.020.551	415.242.599

Em milhares de Reais					31/12/2015 ⁽¹⁾
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	69.306.902	69.307.617	-	-	69.307.617
Depósitos de clientes	227.462.949	227.422.985	-	-	227.422.985
Obrigações por títulos e valores mobiliários	94.658.300	95.486.114	-	13.712.057	81.774.057
Dívidas subordinadas	8.097.304	8.142.296	-	-	8.142.296
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	9.959.037	9.959.037	-	9.959.037	-
Outros passivos financeiros	32.072.645	30.815.646	-	-	30.815.646
Total	441.557.137	441.133.695	-	23.671.094	417.462.601

(1) Em 31 de dezembro de 2015, o Banco Santander realizou um estudo, onde os métodos foram reavaliados por produtos, que resultou na reclassificação de alguns instrumentos financeiros: Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito - R\$69.307 milhões, Obrigações por títulos e valores mobiliários R\$81.774 milhões e Dívidas Subordinadas R\$8.142 milhões de nível II para nível III, respectivamente. Adicionalmente, o Banco Santander considera que o valor justo de disponibilidades e depósito à vista é considerado como sendo igual aos seus valores contábeis.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Aplicações no Mercado Aberto - Banco Central do Brasil - O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima do seu valor justo.
- Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos.
- Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.
- Obrigações por títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 1.j.

g) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado a seguir não é exigida pelo IAS 34, mas está sendo apresentada como informação complementar, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com o IAS 34.

	01/01 a 30/09/2016		01/01 a 30/09/2015	
Receitas com juros e similares	57.668.414		51.915.971	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	7.863.526		6.951.161	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(8.284.708)		(9.267.909)	
Outras Receitas e Despesas	784.926		(5.539.705)	
Despesas com juros e similares	(35.272.410)		(27.512.630)	
Insumos de Terceiros	(4.273.623)		(5.425.538)	
Material, Energia e Outros	(395.282)		(384.142)	
Serviços de Terceiros	(3.344.493)		(3.252.252)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(68.561)		(1.242.949)	
Outros	(465.287)		(546.195)	
Valor Adicionado Bruto	18.486.125		11.121.350	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(1.096.382)		(1.166.666)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	17.389.743		9.954.684	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	50.516		81.953	
Valor Adicionado Total a Distribuir	17.440.259		10.036.637	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	5.339.776	30,6%	5.405.716	53,9%
Remuneração	3.951.987		3.538.708	
Benefícios	1.053.034		949.564	
FGTS	234.341		763.197	
Outras	100.414		154.247	
Impostos, Taxas e Contribuições	5.581.195	32,0%	(4.216.111)	-42,0%
Federais	5.176.425		(4.577.866)	
Estaduais	564		529	
Municipais	404.206		361.226	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	572.088	3,3%	560.050	5,6%
Remuneração de Capitais Próprios	5.947.200	34,1%	8.286.982	82,6%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	500.000		3.200.000	
Reinvestimentos de Lucros	5.366.463		5.056.672	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	80.737		30.310	
Total	17.440.259	100,0%	10.036.637	100,0%

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativo ao período findo em 30 de setembro de 2016, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS (atual nome do IFRIC) (IFRS).

1) Conjuntura Econômica

O movimento de apreciação do Real frente ao Dólar foi interrompido no terceiro trimestre de 2016. A taxa de câmbio, que vinha em uma tendência de queda, encerrou o mês de setembro em R\$3,25/US\$, bem próximo ao valor do fechamento do segundo trimestre, de R\$3,21/US\$. O otimismo com a economia doméstica favorece a apreciação do câmbio, mas a atuação do Bacen no mercado tem suavizado o fortalecimento da moeda brasileira.

A economia real, contudo, ainda não mostra melhora tão evidente como a das expectativas, impondo um ambiente ainda desafiador para a atividade bancária no Brasil. O mercado de trabalho, por exemplo, continua em processo de deterioração e precarização, fato que pode ser verificado pela rápida elevação da taxa de desemprego, que alcançou 11,8% em agosto.

Um alívio deve vir da política monetária. A melhora do quadro inflacionário e a expectativa de aprovação de medidas de ajuste fiscal devem abrir espaço para cortes da taxa básica de juros ainda em 2016. A sinalização do Bacen nos últimos documentos oficiais reforça essa percepção. Com relação à política fiscal, a despeito dos efeitos positivos da recuperação da atividade sobre a arrecadação de impostos, os resultados devem continuar deficitários pelos próximos anos. As reformas já propostas pelo governo e as esperadas para os próximos meses visam a estabilização da dívida no longo prazo.

Nesse cenário, a carteira total de crédito registrou, em agosto de 2016, queda de 0,6% na comparação com o mesmo mês do ano anterior – uma variação negativa que não ocorria desde 2002. Esse movimento negativo foi puxado pelo crédito com recursos livres, que retraiu 3,2% nessa mesma comparação, enquanto o crédito com recursos direcionados apresentou leve crescimento, de 2%. A carteira dos bancos públicos também está crescendo em ritmo mais lento do que no passado (1,5% ao ano, ante 10,7% ao ano ao final de 2015), mas continua ganhando participação em relação à dos bancos privados, que registrou queda de 3,3% na comparação anual. O conservadorismo na oferta de concessões por parte dos bancos públicos e privados, a cautela na tomada de crédito por parte dos consumidores e as taxas de juros em alta são fatores que devem manter essa tendência de queda do crédito ao longo dos próximos meses. Contudo, se confirmado o início de um ciclo de redução da taxa básica de juros no final do ano, e se a confiança dos consumidores permanecer em trajetória de recuperação como a observada nas últimas divulgações, o Banco acredita que o crédito deverá voltar a acelerar ao longo de 2017.

2) Desempenho

2.1) Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (R\$Milhões)	9M16	9M15	variação anual %	3T16	2T16	variação 3T16 vs. 2T16 %
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	22.396	24.403	-8,22	7.531	7.248	3,90
Receitas de instrumentos de patrimônio	60	96	-37,50	16	40	-60,00
Resultado de equivalência patrimonial	51	82	-37,80	12	23	-47,83
Comissões líquidas	7.864	6.951	13,13	2.737	2.719	0,66
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) +	8.457	(11.536)	-173,31	178	4.450	-96,00
Variações cambiais (líquidas)						
Outras receitas (despesas) operacionais	(397)	(194)	104,64	(161)	(127)	26,77
TOTAL DE RECEITAS	38.430	19.802	94,07	10.313	14.353	-28,15
Despesas administrativas e pessoal	(10.902)	(10.526)	3,57	(3.699)	(3.642)	1,57
Depreciação e amortização	(1.096)	(1.167)	-6,08	(373)	(371)	0,54
Provisões (líquidas)	(2.063)	(3.182)	-35,17	(568)	(695)	-18,27
Perdas com ativos financeiros e com outros ativos (líquidas)	(8.353)	(10.511)	-20,53	(2.649)	(2.906)	-8,84
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes	2	781	-99,74	(2)	2	-200,00
mantidos para venda						
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não	85	75	13,33	89	(10)	-990,00
classificados como operações descontinuadas						
Lucro operacional antes da tributação	16.103	(4.728)	-440,59	3.111	6.731	-53,78
Impostos sobre renda	(10.155)	13.015	-178,03	(810)	(4.916)	-83,52
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO	5.947	8.287	-28,24	2.301	1.815	26,78

Principais eventos da Demonstração do Resultado entre os nove primeiros meses de 2016 versus 2015:

1) No primeiro semestre de 2015 foi registrado a reversão de obrigações legais no montante de R\$7.950 milhões relativas a Cofins, nas rubricas "Receita Líquida com Juros" - R\$2.057 milhões e "Impostos sobre a renda" - R\$5.893 milhões. O respectivo efeito tributário foi registrado na rubrica "Impostos sobre renda", no montante de R\$3.180 milhões.

2) Hedge dos investimentos no exterior - O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman, que é usada, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. Os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. Essa operação está registrada em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos. Em 30 de setembro de 2016, o efeito da valorização cambial do Real frente ao Dólar foi de R\$6.247 milhões (2015 – desvalorização de R\$11.455 milhões).



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Análise de Resultado por Segmento

O Banco possui dois segmentos, o comercial (exceto o negócio *Corporate Banking* gerenciado globalmente com base no *Global Relationship Model* - Modelo Global de Relacionamento) e o segmento de Banco de Atacado Global que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

Abaixo, o Banco apresenta o quadro por Segmento:

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO POR SEGMENTO (R\$Milhões)	9M16	% sob lucro antes dos impostos	9M15	variação anual %	3T16	% sob lucro antes dos impostos	2T16	variação 3T16 vs. 2T16 %
Banco Comercial ⁽¹⁾	13.121	81,48	(6.784)	293,41	2.244	72,12	5.830	61,52
Banco de Atacado Global	2.982	18,52	2.056	45,02	867	13,39	901	3,74
Lucro Antes dos Impostos	16.103	100,00	(4.728)	-440,58	3.111	85,51	6.731	-53,78

(1) Em 30 de setembro de 2016 e 2015, inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em Dólar, sendo que excluindo este efeito, o Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado para este segmento foi de R\$ 6.874 milhões e R\$4.670 milhões, respectivamente.

Despesas Gerais

As Outras despesas administrativas totalizaram R\$4.840 milhões e R\$4.852 milhões em 30 de setembro de 2016 e 2015, respectivamente. As despesas com pessoal totalizaram R\$6.062 milhões e R\$5.674 milhões em 30 de setembro de 2016 e 2015, respectivamente. As despesas administrativas apresentaram uma redução de 0,2% e as despesas com pessoal apresentaram um aumento de 6,8% na comparação interanual.

Como resultado, o índice de eficiência, calculado por meio da divisão das despesas administrativas e pessoal no montante de R\$10.902 milhões pela receita total de R\$38.430 milhões, atingiu 28,4% no período (30/09/2015 - 53,2%), apresentando uma melhora expressiva.

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$Milhões)	set/16	set/15	variação anual %	dez/15	variação set/16 vs. dez/15 %
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	118.860	77.911	52,56	89.143	33,34
Ativos financeiros para negociação	61.897	57.452	7,74	50.537	22,48
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.783	2.243	-20,51	2.080	-14,28
Ativos financeiros disponíveis para venda	64.713	67.318	-3,87	68.266	-5,20
Investimentos Mantidos até o Vencimento ⁽¹⁾	9.849	10.417	-5,45	10.098	-2,47
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	282.956	318.260	-11,09	306.269	-7,61
Derivativos utilizados como <i>hedge</i>	186	1.240	-85,00	1.312	-85,82
Ativos não correntes mantidos para venda	1.075	940	14,36	1.237	-13,10
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	1.009	1.085	-7,00	1.061	-4,90
Créditos tributários	27.625	34.186	-19,19	34.770	-20,55
Outros ativos	5.109	3.306	54,54	3.802	34,38
Ativos tangíveis	6.712	6.771	-0,87	7.006	-4,20
Ativos intangíveis	30.108	30.045	0,21	29.814	0,99
TOTAL DO ATIVO	611.882	611.174	0,12	605.395	1,07
Passivos financeiros para negociação	42.333	44.190	-4,20	42.388	-0,13
Passivos financeiros ao custo amortizado	453.777	458.812	-1,10	457.282	-0,77
Derivativos utilizados como <i>hedge</i>	308	2.371	-87,01	2.377	-87,04
Provisões	11.674	11.013	6,00	11.410	2,31
Passivos fiscais	6.914	5.719	20,90	5.253	31,62
Outras obrigações	8.333	6.904	20,70	6.850	21,65
TOTAL DO PASSIVO	523.339	529.009	-1,07	525.560	-0,42
Total do patrimônio líquido	88.543	82.165	7,76	79.835	10,91
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	611.882	611.174	0,12	605.395	1,07

Captações

O total de captações (Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de Clientes, Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital), atingiu R\$423,140 milhões no terceiro trimestre de 2016 e R\$425.209 milhões em 31 de dezembro de 2015, apresentando uma redução de 0,49%.

Transferência entre categorias ⁽¹⁾

No primeiro trimestre de 2016, em função da mudança de estratégia do Banco Santander, foram reclassificados da rubrica de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Instrumentos de Dívidas para Empréstimos e Recebíveis - Instrumentos de Dívidas o montante total de R\$4.563 milhões, atendendo assim ao requerido no IAS 39.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

No terceiro trimestre de 2015, em função da mudança de estratégia do Banco Santander, foram reclassificados da rubrica de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Instrumentos de Dívidas o montante total de R\$21.535 milhões, sendo que R\$10.416 milhões foram transferidos para Investimentos Mantidos até o Vencimento e R\$11.119 milhões para Empréstimos e Recebíveis - Instrumentos de Dívidas. O Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, atendendo assim ao requerido no IAS 39.

2.3) Carteira de crédito

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (R\$Milhões)	set/16	set/15	variação anual %	dez/15	variação set/16 vs. dez/15 %
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	26.835	53.204	-49,56	42.602	-37,01
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>)	(192)	(173)	10,98	(179)	7,26
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquido	26.643	53.031	-49,76	42.423	-37,20
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	254.624	269.365	-5,47	267.121	-4,68
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>)	(13.890)	(15.256)	-8,96	(15.089)	-7,95
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	240.735	254.109	-5,26	252.032	-4,48
Instrumentos de dívida	16.884	11.120	51,84	11.957	41,21
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>)	(1.306)	-	n.a.	(145)	800,41
Instrumentos de dívida, líquido	15.579	11.120	40,10	11.812	31,89
TOTAL EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	282.956	318.260	-11,09	306.269	-7,61

Perdas de valor recuperável

A despesa para perdas de empréstimos e recebíveis, incluindo a recuperação de empréstimos baixados para prejuízo, somou R\$8.378 milhões e R\$9.084 milhões no período findo em 30 de setembro de 2016 e de 2015, respectivamente, apresentando uma redução de 7,8%.

2.4) Patrimônio Líquido

Em setembro de 2016, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 10,9%, em comparação com dezembro de 2015.

A evolução do patrimônio líquido no período é decorrente, principalmente, pela variação positiva de outros resultados abrangentes no montante de R\$3.273 milhões, que inclui as variações no valor justo de determinadas operações, do Lucro Líquido do período no montante de R\$5.947 milhões e reduzido pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$500 milhões.

AÇÕES EM TESOURARIA	set/16		dez/15	
	Quantidade		Quantidade	
	Units	ADRs	Units	ADRs
Ações em Tesouraria no início do período	7.080.068	13.137.665	16.531.177	13.080.565
Aquisições de Ações	11.376.000	-	13.873.413	57.100
Cancelamento de ADRs ⁽¹⁾	13.137.665	(13.137.665)	-	-
Cancelamento de Ações ⁽²⁾	-	-	(18.878.954)	-
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(8.260.455)	-	(4.445.568)	-
Ações em Tesouraria no final do período	23.333.278	-	7.080.068	13.137.665
Saldo de Ações em Tesouraria em milhares de reais ^{(2) (3)}	R\$ 444.657	R\$ -	R\$ 106.764	R\$ 317.094
Custo/Valor de Mercado	Units	ADRs	Units	ADRs
Custo mínimo	R\$ 7,55	US\$ 4,37	R\$ 11,01	US\$4,37
Custo médio ponderado	R\$ 15,47	US\$ 6,17	R\$ 14,28	US\$6,17
Custo máximo	R\$ 22,96	US\$ 10,21	R\$ 18,51	US\$10,21
Valor de mercado	R\$ 22,00	US\$ 6,70	R\$ 16,04	US\$3,89

(1) Em janeiro de 2016 ocorreu a transformação do total de ADR's que estavam em tesouraria para UNIT's.
(2) Na AGE realizada em 14 de dezembro de 2015, foi aprovado o cancelamento de 18.878.954 de Units (18.878.954 ON e 18.878.954 PN, totalizando 37.757.908 ações em tesouraria) equivalente a R\$269 milhões.
(3) O total de ações em tesouraria em 30 de setembro de 2016 é de R\$445 milhões (31/12/2015 - R\$424 milhões) e inclui custos de emissão no valor de R\$132 mil (31/12/2015 - R\$95 mil).

No período de nove meses de 2016 houve destaque de juros sobre capital próprio, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$Milhões)	set/16	dez/15	set/15
Juros sobre o Capital Próprio	500,0	1.400,0	0,0
Dividendos Intermediários	0,0	3.050,0	3.050,0
Dividendos Intercalares	0,0	1.750,0	150,0
Total	500,0	6.200,0	3.200,0

2.5) Índice de Basileia

O Bacen obriga as instituições financeiras a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013 a exigência para o PR, era de 11% até 31 de dezembro de 2015, a partir de janeiro de 2016 e passou a ser 9,875% mais capital de conservação de 0,625%, totalizando 10,5% até dezembro 2016, para o PR Nível I é de 6% e para o Capital Principal é de 4,5%.

O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	set/16	jun/16	dez/15	set/15
Índice de Basileia - consolidado	17,6	17,7	15,7	15,8

2.6) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2016 das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$Milhões)	Ativos totais	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)	Carteira de crédito ⁽¹⁾
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	94.167,6	5.841,6	268,1	2.051,0
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	30.108,9	1.527,0	118,6	24.675,0
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	2.956,8	2.802,6	(52,9)	1.361,0
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) (Atual denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.)	7.099,1	613,8	1,3	6.823,0
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. ⁽²⁾	14.422,5	1.411,8	171,6	0,0
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.918,9	273,3	3,2	1.744,6
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A	928,9	569,5	83,6	0,1

(1) inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

(2) No terceiro trimestre de 2016, após a Getnet obter a aprovação do Bacen para atuar como uma instituição de pagamento, as atividades de adquirência, bem como respectivos ativos e passivos relacionados passaram a ser registrados nesta sociedade.

Os saldos descritos acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

3) Outros Eventos Significativos

3.1) Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

No dia 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e o Banco Santander celebraram documentos para a formação de uma parceria com a Hyundai Motor Brasil Montadora de Automóveis Ltda. (Hyundai Motor Brasil) e Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A estrutura de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% (cinquenta por cento) da Aymoré, 25% (vinte e cinco por cento) da Hyundai Capital e 25% (vinte e cinco por cento) da Hyundai Motor Brasil. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento das condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

b) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (“Super”)

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento (“Acordo”) no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super correspondentes a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Bacen (obtida em 2 de dezembro de 2014). A Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super em R\$31, mediante a emissão de 20 milhões de novas ações ordinárias.

Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016.

Diante do ocorrido, a Aymoré qualificada como controladora adquiriu o restante dos instrumentos patrimoniais da entidade Super e deverá portanto considerar o valor pago do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) como redução do seu patrimônio líquido, uma vez que, de acordo com o IFRS 10 essa transação é caracterizada como transações entre sócios. Pelo mesmo motivo, o valor pago relativo ao valor patrimonial do percentual de participação adquirido do sócio não controlador é uma movimentação entre contas do Patrimônio Líquido.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

c) Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

Em 30 de julho de 2014 o Banco, por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado (Olé Consignado).

Em 10 de fevereiro de 2015, com a aprovação do Bacen, a transação foi concluída e o Banco Santander, através da Aymoré CFI, tornou-se o acionista controlador do Olé Consignado, com 60% do capital social total e votante, através de um aporte de R\$460 milhões. O Banco Bonsucesso permaneceu com a parcela remanescente do capital social (40%).

Em dezembro de 2015, foi concluído o estudo da alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*) sobre a aquisição do Bonsucesso pela Aymoré, com base na data de aquisição, conforme abaixo:

	Saldo contábil	Valor justo
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	121	121
Empréstimos e Recebíveis	508	508
Outros Ativos	374	374
Ativo Intangível ⁽³⁾	-	63
Total do Ativo	1.003	1.066
Passivos financeiros	466	466
Outras Obrigações	397	398
Total do Passivo	864	864
Aumento de capital pela Aymoré CFI	460	460
Total de ativos líquidos adquiridos	600	662
Participações não-Controladoras ⁽¹⁾		265
Total considerando a transferência pela Aymoré para aquisição do controle		460
Ágio ⁽²⁾		63

(1) Participações não-Controladoras foram inicialmente mensuradas em R\$240 milhões (valor proporcional dos ativos líquidos identificáveis reconhecidos da investida).

(2) Ágio será dedutível fiscalmente nos termos da legislação vigente.

(3) Ativos intangíveis relacionados à marca e lista de clientes com vida útil estimada em 10 e 4 anos, respectivamente.

O Olé Consignado tornou-se o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e suas controladas para a oferta de crédito consignado no Brasil, devendo consolidar as carteiras de crédito consignado existentes no Banco Santander e no Olé Consignado, nos termos da associação. O Banco Santander continuará a originar operações de crédito consignado por meio de seus canais próprios de maneira independente.

No contexto da operação, foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Banco Bonsucesso de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto as ações detidas pelo Banco Bonsucesso, equivalentes a 40% do capital total desta empresa. Conforme estabelecido no IAS 32, foi reconhecido um passivo financeiro por valor total de R\$307 milhões pelo compromisso assumido em relação a opção de venda, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R\$67 milhões e Participações não-controladoras, no montante de R\$240 milhões.

Na AGE de 3 de março de 2016 foi aprovado a alteração da denominação social para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., o processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 1 de setembro de 2016.

d) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

Em 19 de setembro de 2014, foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de venda do negócio de custódia qualificada, com a alienação da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., no valor de R\$859 milhões.

A operação gerou um ganho de R\$751 milhões antes dos impostos, registrado na rubrica Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda.

A operação está inserida no contexto de uma negociação global do negócio de custódia, que envolve, além do Brasil, a atividade de custódia qualificada na Espanha e no México.

e) Acordo para a Aquisição, de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a consequente criação de uma Joint Venture

No dia 1 de agosto de 2016, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, incluindo a obtenção das devidas autorizações regulatórias, a Aymoré CFI e o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance (“Banque PSA”) e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinaram documentos definitivos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

O principal veículo da cooperação financeira é o Banco PSA Finance Brasil S.A. que está detido na proporção de 50% pela Aymoré CFI, subsidiária do Banco Santander, e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento (1 de agosto de 2016). A operação englobou ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Banco Santander, de 100% da Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A (Atual Denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A.), cujo preço foi equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., cujo preço foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento.

O Banco Santander passou a consolidar estas sociedades a partir de 1 de agosto de 2016.

f) Outros Movimentos Societários.

Também foram realizados os seguintes eventos societários:

- Em 14 de julho de 2016, foi concluída a transação de venda de 100% das quotas representativas do capital social da Mantiq pelo Banco Santander e pela Santander Participações para a Angra Ventures Participações Ltda.
- Em junho de 2016 a participação detida na iZettle do Brasil S.A. foi alienada em sua integralidade.
- Em 30 abril de 2015 foi formalizada a incorporação e consequente extinção da sociedade Go Pay pela Getnet S.A.
- Em 30 abril de 2015 foi formalizada a incorporação e consequente extinção das sociedades KM Locanet Ltda. - ME (Compreauto) e Ideia Produções pela Webmotors S.A.
- Em 23 de março de 2015, a Santander Participações S.A. alienou a totalidade de sua participação nas Sociedades de Propósito Específico Gestamp Eólica Serra de Santana S.A., Gestamp Eólica Paraíso S.A., Gestamp Eólica Lanchinha S.A., Gestamp Eólica Seridó S.A. e Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A. para a ICG do Brasil S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$120 milhões.
- Em 23 de março de 2015, a Santander Participações S.A. alienou a totalidade de sua participação na Santos Energia Participações S.A. para a Inversiones Capital Global, S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$127 milhões.
- Em 10 de dezembro de 2014 foi concluída a aquisição, pela Webmotors S.A., de 100% do capital social da Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda.

4) Estratégia

O Santander é um banco universal com foco no varejo. O Banco tem certeza que o único caminho para crescer de forma recorrente e sustentável é prestando serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes vinculados. Para isso, a prioridade é ser um banco simples, pessoal e justo. A estratégia é definida em um cenário de longo prazo, com foco na execução eficiente das seguintes prioridades:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, modernos e eficientes através de uma plataforma multicanal;
- Melhorar a recorrência e a sustentabilidade crescendo nos negócios com maior diversificação de receita, considerando um equilíbrio entre crédito, captações e serviços. Ao mesmo tempo, mantendo uma gestão eficiente das despesas e um controle rigoroso dos riscos;
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento; e
- Aumentar a produtividade através de uma intensa agenda de melhorias comerciais que permita oferecer um portfólio completo de serviços.

A estratégia prioriza o crescimento, a relação próxima e duradoura com clientes, fornecedoras e acionistas, bem como o alinhamento com a agenda de desenvolvimento econômico e social do país.

No terceiro trimestre de 2016, pode-se destacar os seguintes avanços:

- Em linha com a estratégia digital, ao final de setembro, o Banco ultrapassou 4,4 milhões de clientes com biometria e, no mesmo período, as transações nos canais digitais alcançaram 76%. Com a contribuição do e-commerce as vendas de produtos, nos canais digitais, seguem com crescimento exponencial. Destaca-se ainda, neste trimestre, o pioneirismo no lançamento do *Samsung Pay*, que possibilita a realização de pagamentos por aproximação;
- Por meio da Getnet o Banco lançou, para os clientes pessoa física, uma solução de aquisição: o “Conta Conecta com a Vermelhinha”, uma opção que combina um POS de baixo custo e uma conta corrente Santander;
- Na Santander Financiamentos o Banco implantou o novo modelo comercial “+negócios”, uma plataforma digital mais simples e intuitiva, que transforma a experiência do cliente ao trazer mais agilidade e simplificação de processos, além de reforçar o posicionamento como um banco digital. A implantação deste novo modelo, nas lojas e filiais, será concluída em meados de novembro;
- Desde agosto, a ContaSuper, um modelo totalmente digital e prático, passou a ser ofertada também pela rede de agências do Santander, em linha com o objetivo de melhorar a experiência dos clientes. A oferta é complementar aos demais produtos do banco e um diferencial para atrair novos clientes;
- Com o objetivo de diversificar as receitas e alavancar o negócio de Consórcio, o Santander lançou neste trimestre, o consórcio imobiliário, mais uma solução financeira que objetiva atender as necessidades dos nossos clientes e contribuir para a vinculação de longo prazo;
- No segmento das Pequenas e Médias Empresas destaca-se a atuação do Banco no ramo das franquias: passando de 57 parcerias em janeiro para 162 em setembro, ampliando a atuação junto às principais redes de franquias brasileiras;

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

- Em *Global Corporate Banking (GCB)*, o Banco mantém a liderança em assessoria financeira para financiamento de projetos no Brasil, segundo o último ranking consolidado da ANBIMA, e continua sendo o primeiro no mercado de câmbio. Além disso, está em 1º lugar no ranking das maiores operações de M&A no ano, de acordo com a *Bloomberg*;
- Pela primeira vez o Santander passou a compor o ranking das “Melhores Empresas para se Trabalhar”, divulgada pela consultoria *Great Place to Work (GPTW)*. O ranking, elaborado anualmente, é considerado uma das referências sobre os melhores ambientes de trabalho do país e reflete o engajamento e comprometimento dos colaboradores.

No âmbito da sustentabilidade, o Santander mantém posição de destaque: No programa de Microcrédito ocupa posição de destaque de liderança entre os bancos privados e no segmento de Universidades, por meio da distribuição de bolsas de estudos, contribui ativamente para o avanço da educação no País.

Neste trimestre, o Santander Brasil contribuiu de maneira significativa para que, por mais um ano, o Grupo Santander integrasse o *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*, alcançando a 6ª posição (11ª em 2015) dentre as 316 empresas participantes.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o banco está inserido. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas principais agências:

RATINGS	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's (perspectiva)	BB (negativa)	B	BB (negativa)	B	brAA- (negativa)	brA-1
Moody's (perspectiva)	Ba1 (negativa)	NP	Ba3 (negativa)	NP	Aaa.br	Br-1
Fitch Ratings (perspectiva)	BBB- (negativa)	F3	BB+ (negativa)	B	AAA (bra) (estável)	F1+ (bra)

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas Agências de Rating.

6) Governança Corporativa

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 26 de janeiro de 2016, a eleição dos Srs. Marino Alexandre Calheiros Aguiar e Mario Roberto Opice Leão para comporem a Diretoria Executiva do Banco, para o cargo de Diretor sem designação específica, para um mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 26 de janeiro de 2016: (i) as demonstrações financeiras do Banco para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015; (ii) o estudo técnico de realização de créditos tributários, em conformidade com a Circular 3.171/02 do Bacen; e (iii) a divulgação das Demonstrações Financeiras Padronizadas do Banco Santander referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 18 de março de 2016, a contratação pelo Banco da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, inscrita no CNPJ 61.562.112/0001-20, no CRC 2SP000160/O-5 e registrada na CVM sob o ato declaratório 5.038 de 8/9/1998, com sede na Av. Francisco Matarazzo 1.400, 9º, 10º e do 13º ao 17º andares, Torre Torino, Água Branca, São Paulo/SP, para atuar como empresa de auditoria independente do Banco e das sociedades que compõem o Conglomerado Santander no Brasil, para os exercícios sociais de 2016, 2017 e 2018, em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 22 de março de 2016: (i) a eleição dos membros do Comitê de Auditoria do Banco, para um mandato de 1 (ano), o qual se estenderá até a posse dos membros que vierem a ser eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a AGO de 2017, a saber: Rene Luiz Grande, reconduzido na qualidade de Coordenador; Luiz Carlos Nannini, na qualidade de membro técnico qualificado; e Elidie Palma Bifano, na qualidade de membro; e (ii) ratificou (a) a atual composição do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance, a seguir: Jesús Maria Zabalza Lotina, na qualidade de Coordenador; Celso Clemente Giacometti e Marília Artimonte Rocca; e (b) a atual composição do Comitê de Sustentabilidade, a seguir: Jesús Maria Zabalza Lotina, na qualidade de Coordenador; José Luciano Duarte Penido, Gilberto Mifano e Viviane Senna Lalli.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 28 de abril de 2016: (i) as Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; (ii) e o Relatório da Ouvidoria referente ao segundo semestre de 2015 e as medidas corretivas em decorrência das reclamações recebidas, para fins de atendimento da Resolução 4.433, de 23 de julho de 2015, do Conselho Monetário Nacional.

O Conselho aprovou, em reunião realizada em 2 de maio de 2016, a eleição do Sr. Alexandre Silva D'Ambrósio para compor a Diretoria Executiva do Banco, para o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo, para um mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a AGO de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 29 de junho de 2016, a proposta de declaração e pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, no montante bruto de R\$500 milhões (quinhentos milhões de reais), foram pagos a partir do dia 26 de agosto de 2016, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 26 de julho de 2016, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas da Companhia referentes ao 2º trimestre encerrado em 30 de junho de 2016, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

O Conselho de Administração conheceu, em reunião realizada em 24 de agosto de 2016, a renúncia da Sra. Marília Artimonte Rocca (RG nº 24.938.902-2 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 252.935.048-51) à função de membro do Conselho de Administração, do Comitê de Remuneração e do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance do Banco Santander.

7) Gestão de Riscos

7.1) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura organizacional da Vice Presidência Executiva (VPE), a qual é independente da área comercial, é composta por áreas responsáveis pelo gerenciamento dos riscos financeiros e não financeiros, com diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios do varejo e do atacado.

Uma área específica que tem como missão controlar e consolidar os portfolios e seus respectivos riscos (financeiros, não-financeiros e modelos), subsidiando a Administração com uma visão integrada do risco. Além dessa atribuição, também é responsável pela gestão do apetite ao risco e pelo atendimento aos auditores e reguladores assim como à matriz do Grupo Santander na Espanha.

Possui outro núcleo responsável por um conjunto de funções transversais (Governança, Políticas, Cultura de riscos, Metodologia, Stress Test, Capital e Gestão da Informação) necessárias para a construção de um modelo de gestão avançado de riscos.

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida visando um prudente padrão de gestão, respeitando sempre o ambiente normativo e regulatório local.

O modelo de governança está estruturado tanto numa visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como numa visão controle, com foco no controle integral de riscos.

- Independência da função de riscos em relação a área de negócios;
- Envolvimento da Administração nas tomadas de decisão; e
- Decisões colegiadas e consenso sobre operações de crédito.

O CER - Comitê Executivo de Riscos é o fórum de decisão local com representantes da Administração do banco, entre eles o CEO, o VPE de riscos e os demais membros da comissão executiva.

O CCR - Comitê de Controle de Riscos é o fórum de controle e acompanhamento local com representantes da administração do banco, entre eles o VPE de riscos e o VPE de finanças.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

7.2) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos, entre outros.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valor no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. O Banco Santander utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de demonstrar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Grupo.

Projeções de capital regulatório e econômico são baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, entre outras) e em cenários macroeconômicos estimados pelo departamento de pesquisa econômica. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

7.3) Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias de acordo com o apetite de riscos, além do estabelecimento de limites, abrangendo a análise e controle de exposição e tendências, bem como a eficácia das políticas de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco adequado e uma rentabilidade mínima que compense a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (standardizados).

7.4) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, entre outras. Isso permite a gestão dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander.

Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos com os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o CER, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO), que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value at Risk (Var)* (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da VPE de Riscos, área independente que aplica as políticas de risco.

7.5) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental para o Banco de Atacado é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$1 milhão. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança e Geologia. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está incluída no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, atendendo à Resolução 4.327 do CMN.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

A área corporativa local, denominada Riscos Não Financeiros, é responsável por implementar o modelo de gestão de Riscos Operacionais e de Controles Internos do Banco Santander. Está subordinada à unidade de Controle & Consolidação de Riscos e conta com pessoas, estrutura, normas, metodologias e ferramentas para assegurar a adequação do Modelo de Controle e Gestão.

Atua na prevenção aos riscos operacionais e apoia para o contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atendendo às determinações dos Órgãos Reguladores, Novo Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley e as resoluções do Conselho Monetário Nacional. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Internal Control – Integrated Framework 2013*.

A Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando a responsabilidade pela melhoria contínua da cultura e estrutura da gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, visando assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

A revisão sobre as demonstrações financeiras data base 31 de dezembro de 2015 realizada, pelos auditores externos nas empresas do Banco Santander; evidenciou que existe um ambiente de controles internos eficaz baseado nos critérios estabelecidos no Modelo integrado COSO 2013 (*Internal Control - Integrated Framework 2013 - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), e que este atende às exigências da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios Anual e Social, disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos a serem realizados pela Auditoria Interna ao longo de 2016, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2016.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo dos nove meses decorridos de 2016, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2016, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander no melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os profissionais.

Os profissionais são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com profissionais engajados, motivados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios conosco e à marca Santander.

A atuação diária do Banco junto a clientes, funcionários, acionistas e sociedade é guiada pelo propósito de contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem e por seu jeito de agir.

O Banco tem uma equipe talentosa e engajada com cerca de 48 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca profissionais que se identifiquem com a Cultura Corporativa, de ser um Banco Simples (com serviços descomplicados e fáceis de operar), Pessoal (com soluções e canais que atendam suas necessidades e preferências) e Justo (promovendo negócios e relações que sejam bons para clientes, acionistas e funcionários). Além de se identificar com a Cultura, nossos profissionais agem em seu dia a dia alinhados à ela.

9) Desenvolvimento Sustentável

No Santander, Sustentabilidade é parte estratégica dos negócios. É um compromisso que visa resultados para os negócios e para a sociedade de forma simples, pessoal e justa e que é concretizado por meio de uma estratégia baseada em três pilares: Inclusão Social e Financeira, Educação, e Gestão e Negócios Socioambientais. Entre os destaques do terceiro trimestre estão: I) a Santander Microcrédito, que atualmente possui a maior operação de microcrédito produtivo e orientado entre os bancos privados do Brasil, oferece crédito e orientação financeira a microempreendedores de baixa renda e desde 2002 desembolsou cerca de R\$ 3.6 bilhões para mais de 380 mil clientes; II) No Brasil, com 398 Instituições de Ensino Superior conveniadas, desde 2005 o programa Santander Universidades concedeu mais de 146 mil bolsas de estudos; III) Desde 2013, a Santander Financiamentos, por meio do CDC Eficiência Energética de Equipamentos, faz financiamentos de sistemas fotovoltaicos (conversão direta da energia solar em eletricidade). No terceiro trimestre de 2016, o número de parcerias foi de 186 e o volume de negócios R\$ 12,5 milhões; IV) No Agro Sustentável o Banco Santander possui atualmente 980 clientes, 192 funcionários e escritórios terceirizados treinados ou sensibilizados em relação ao CAR (Cadastro Ambiental Rural) e 234 adesões de clientes na parceria com a Coopercitrus e Bayer.

10) Auditoria Independente

O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais, a qual prevê, inclusive, a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no período findo de 30 de setembro de 2016, foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria externa das Demonstrações Financeiras que tenham superado 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa, são esses:

Descrição dos serviços prestados

Revisão do Inventário das entidades filiadas, requeridas pelo Programa de dívida *Global Medium Term Notes*.

Due Dilligence Financeira e Fiscal.

*Os serviços adicionais totalizam R\$643 mil reais, o que representa 5,3% da remuneração global.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o período findo em 30 de setembro de 2016, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 25/10/2016).

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 30 de Setembro de 2016, as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de contabilidade internacional emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de Setembro de 2016:**Diretor Presidente**

Sergio Agapito Lires Rial

Diretores Vice-Presidentes Executivos Sênior

Conrado Engel

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alexandre Silva D'Ambrósio

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Jean Pierre Dupui

João Guilherme de Andrade So Consiglio

Juan Sebastian Moreno Blanco

Manoel Marcos Madureira

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos

Jose Alberto Zamorano Hernandez

José Roberto Machado Filho

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica

Alexandre Grossmann Zancani

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Nader Alfaya

André de Carvalho Novaes

Cassio Schmitt

Cassius Schymura

Ede Ilson Viani

Felipe Pires Guerra de Carvalho

Flávio Tavares Valadão

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Malanga

Marcelo Zerbinatti

Marcio Aurelio de Nobrega

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Mário Adolfo Libert Westphalen

Mario Roberto Opice Leão

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Rafael Bello Noya

Ramón Sanchez Díez

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto de Oliveira Campos Neto

Robson de Souza Rezende

Ronaldo Wagner Rondinelli

Sérgio Gonçalves

Thomas Gregor Ilg

Ulisses Gomes Guimarães

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) (Companhia) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) do Banco Santander a qual inclui o Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao período encerrado em 30 de Setembro de 2016, as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de contabilidade internacional emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de Setembro de 2016:

Diretor Presidente

Sergio Agapito Lires Rial

Diretores Vice-Presidentes Executivos Sênior

Conrado Engel

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alexandre Silva D'Ambrósio

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Jean Pierre Dupui

João Guilherme de Andrade So Consiglio

Juan Sebastian Moreno Blanco

Manoel Marcos Madureira

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos

Jose Alberto Zamorano Hernandez

José Roberto Machado Filho

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica

Alexandre Grossmann Zancani

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Nader Alfaya

André de Carvalho Novaes

Cassio Schmitt

Cassius Schymura

Ede Ilson Viani

Felipe Pires Guerra de Carvalho

Flávio Tavares Valadão

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Malanga

Marcelo Zerbinatti

Marcio Aurelio de Nobrega

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Mário Adolfo Libert Westphalen

Mario Roberto Opice Leão

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Rafael Bello Noya

Ramón Sanchez Díez

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto de Oliveira Campos Neto

Robson de Souza Rezende

Ronaldo Wagner Rondinelli

Sérgio Gonçalves

Thomas Gregor Ilg

Ulisses Gomes Guimarães

Nosso propósito é contribuir para que as pessoas e os
negócios prosperem.
E acreditamos que tudo deve ser feito de um jeito:

Simples | Pessoal | Justo